



Tudo ao mesmo tempo agora

Gilberto Gil: a democracia e a cultura do compartilhamento

/12

Comunitárias padecem com a repressão. Lei ainda não é suficiente

/18

TV Digital exigirá novo modelo de financiamento

/20

Daniel Herz fala, pela última vez, aos companheiros de luta

/36

Convergência é Independência



Há vagas
para leitores de
entrelinhas.



Ajude a fazer a revista do FNDC.
Escreva para imprensa@fndc.org.br

Aonde nos leva a digitalização

Os acontecimentos da hora, na área de tecnologia da informação e comunicação, estão pautados irreversivelmente pela digitalização. E não é apenas detalhe, mas objeto de um projeto nacional de independência a preocupação de envolver a sociedade na discussão acerca do Sistema Brasileiro de Rádio e TV Digital. Nesta segunda edição, a revista *MídiaComDemocracia* reitera o propósito de dar publicidade aos fatos e aprofundar as reflexões que circundam a pauta da comunicação social, numa perspectiva democrática. Nossos articulistas e fontes refletem sobre as características dos novos paradigmas mundiais onde a convergência tecnológica surge com oportunidades múltiplas, assim como múltiplas também mostram-se as barreiras no campo das políticas públicas para acomodar essa nova realidade. Um novo modelo de sociedade se configura “com várias possibilidades”, afirma Gilberto Gil, em entrevista exclusiva para esta edição, onde defende a cultura do compartilhamento. Infelizmente, quando finalizávamos esta edição, fomos atingidos em nossos corações e mentes pela morte do grande companheiro e mestre, Daniel Herz, um dos fundadores do FNDC, referência maior do movimento pela democratização da comunicação no Brasil. Providenciaremos, para a próxima edição, o início de um resgate de sua memória e obra. Nesta, estamos publicando sua última entrevista, exclusiva, concedida em maio.



4

Digitalização

Convergência é independência

Num cenário de confluência das tecnologias digitais, facilidades e barreiras são confrontadas. A TV Digital pode ser uma oportunidade de colocar o Brasil como nação forte e independente no cenário mundial.



12

Entrevista

Gilberto Gil

Ministro da Cultura relaciona comunicação e cultura. Defende a prática do compartilhamento e tece um verdadeiro elogio à democracia, que aponta como a alternativa mais abrangente e responsável para a aplicação social das novas tecnologias.



18

Radicom

Repressão às comunitárias

Assessoria jurídica precária, legislação ineficiente e limitada, somada a processos de outorga demasiado lentos contribuem para que as emissoras de baixa potência permaneçam por longo tempo expostas a atos de repressão e vandalismo.



24

Internet

Governança na rede

A internet é um negócio que movimenta bilhões de dólares e ao mesmo tempo é um meio democrático de disseminação do conhecimento em escala global. Como garantir que os valores humanos estejam acima dos interesses comerciais?



36

Memória

Daniel Herz

Na última entrevista concedida pelo jornalista, em maio, o grande militante pela democratização da comunicação falou das questões que vêm ditando a pauta do setor no Brasil.

Expediente



Apoio



Coordenação Executiva FNDC 2004-2006

Celso Augusto Schröder – Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); **Vera Lúcia Canabrava** – Conselho Federal de Psicologia (CFP); **José Guilherme Castro** – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço); **Berenice Mendes Bezerra** – Associação Nacional das Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões (Aneate); **Márcio Câmara Leal** – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert)

MídiaComDemocracia é uma publicação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Jornalista responsável: James Görgen (Reg.prof. nº 7742)

Edição: Ana Rita Marini
Redação: Julia Pitthan
Reportagens: Adriano Floriani, Cláudio Machado, Paula Oliveira de Sá
Editoração: Marcos Strey

Conselho Deliberativo FNDC 2004-2006

Comitê pela Democratização da Comunicação da Bahia; Comitê pela Democratização da Comunicação de Camaçari; Comitê pela Democratização da Comunicação do Ceará; Comitê pela Democratização da Comunicação de Goiás; Comitê pela Democratização da Comunicação de Lauro de Freitas; Comitê pela Democratização da Comunicação do Maranhão; Comitê pela Democratização da Comunicação de Minas Gerais; Comitê pela Democratização da Comunicação de Riachão do Jacuípe; Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio Grande do Sul; Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio de Janeiro; Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina; Comitê pela Democratização da Comunicação de São Paulo; **Antônio José Vale da Costa** – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); **Juliano Mauricio de Carvalho** – Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPI)

Colaboraram nesta edição: Cesar Romulo S. Neto, Gabriel Priolli, Gilmar Fraga, Murilo C. Ramos, Paulo Saab
Impressão: Gráfica Trindade
Tiragem: 4,5 mil exemplares

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente a posição das entidades sócias do FNDC. É livre a reprodução do conteúdo desde que citada a fonte.

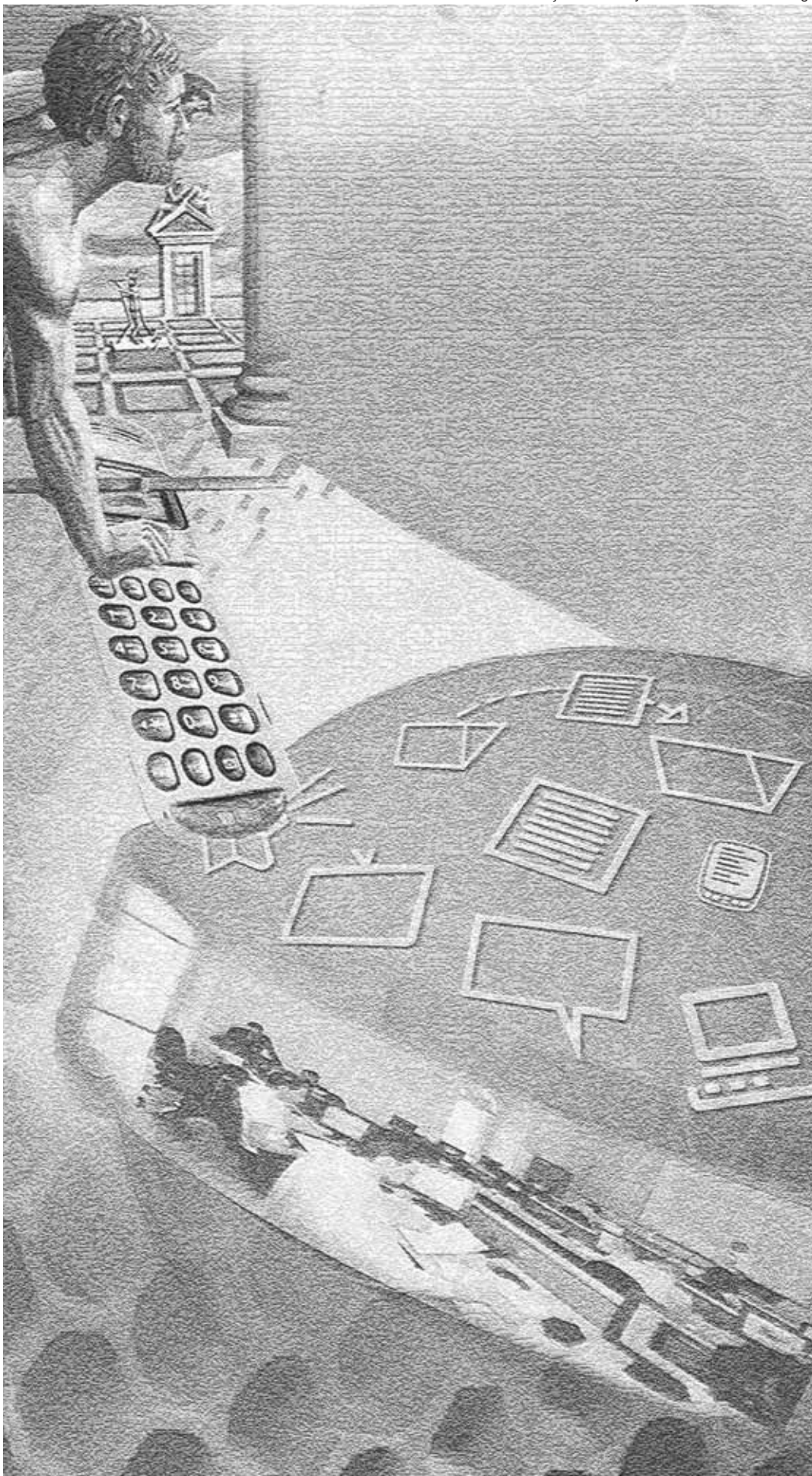
Reconhecer a convergência tecnológica dos meios de comunicação não é difícil. Ela transcorre francamente em diversos setores como uma “revolução silenciosa”, através da digitalização, nos serviços fixos e móveis das telecomunicações, na radiodifusão, em serviços de voz, dados e internet. É real, patente e inexorável. Há menos de duas décadas, equipamentos eletroeletrônicos de toda ordem e utilidade vêm convertendo seus códigos, transformando-se de analógicos em digitais. No mundo todo, cultura e ciências são reproduzidas em meios digitais e transmitidas mundo afora.

Nas tecnologias da informação e comunicação (TICs), a digitalização possibilita o transporte de linguagens e serviços numa mesma infra-estrutura, com capacidade para se tornar uma supervia de mídias, onde áudio, texto, vídeo e dados apresentam-se reunidos, desafiando indústrias e governos, transformando as relações sociais. Nesse caminho, o conhecimento converge junto com a tecnologia e o desenvolvimento digital pode significar um dos fatores determinantes para a independência das nações e a inclusão social de seus povos.

Reportagem de **Ana Rita Marini**

O CAMINHO DA AUTONOMIA PASSA PELA CONVERGÊNCIA





A convergência dos setores de telecomunicações, radiodifusão e informática, um cenário possível através das várias tecnologias, encontra grandes possibilidades de inclusão social através da TV Digital. Por isso, as opções que o Brasil fizer, nesta área, serão determinantes. Para o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a escolha das plataformas tecnológicas, políticas industriais, de regulação, inserção cultural e social durante o processo de digitalização da televisão no Brasil vai determinar seu lugar enquanto nação perante o mundo todo, ou seja, sua independência ou subordinação no cenário internacional. Segundo o jornalista Daniel Herz, falecido em maio, um dos fundadores do FNDC, para o debate que interessa publicamente, a convergência pode ser definida como uma crescente integração entre os serviços de comunicação social e de telecomunicações. “Trata-se de um processo que está aberto, em disputa”, diz Herz.

Um processo de “apartação” entre digitais e analógicos já está em curso, garante o advogado Floriano Azevedo Marques, professor da Faculdade de Direito da USP. “Na sociedade da informação, não estar integrado na comunidade digital é o mesmo que ficar à margem da civilização, algo como ser analfabeto. A integração digital envolve educação (fortemente), mas envolve também redes, equipamentos e treinamento. Algo um tanto mais ousado”, analisa.

Assim, a oportunidade de ampliar o alcance das informações através da digitalização das comunicações não acontece sem o implemento da instrução. O acesso à tecnologia de nada servirá sem o conhecimento sobre o seu uso. O filósofo Pierre Levy, em *As Tecnologias da Inteligência*, descreve: “A interface informática nos coloca diante de um pacote terrivelmente redobrado, com pouquíssima superfície que seja diretamente acessível em um mesmo instante. A manipulação deve então substituir o sobrevôo”. Levy refere-se a uma característica do hipertexto, uma das técnicas informáticas de expressão das mensagens, cujo reconhecimento é condição para a compreensão do conteúdo. Um dos entraves à inclusão digital, ultrapassado o problema do acesso físico à tecnologia, é o acesso aos conteúdos, tanto na produção como na recepção. Nesse sentido, a televisão

representa um facilitador em relação ao computador, por exemplo, porque está presente na maioria dos lares brasileiros (91%) e é o maior veículo de comunicação de massa do país.

Para Erick Felinto, coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), o maior desafio para o tripé produção, comercialização e transmissão de conteúdos no cenário da convergência será o de encontrar formas criativas e democráticas de distribuição. "A comercialização não me preocupa, isso é tarefa do mercado – e eu não tenho dúvidas de que ele vai continuar achando formas lucrativas de comercializar seus produtos. No âmbito da produção, acho que algumas opções interessantes já estão sendo encontradas", diz. Felinto cita como exemplo o audiovisual, onde as tecnologias digitais permitem um enorme barateamento, favorecendo

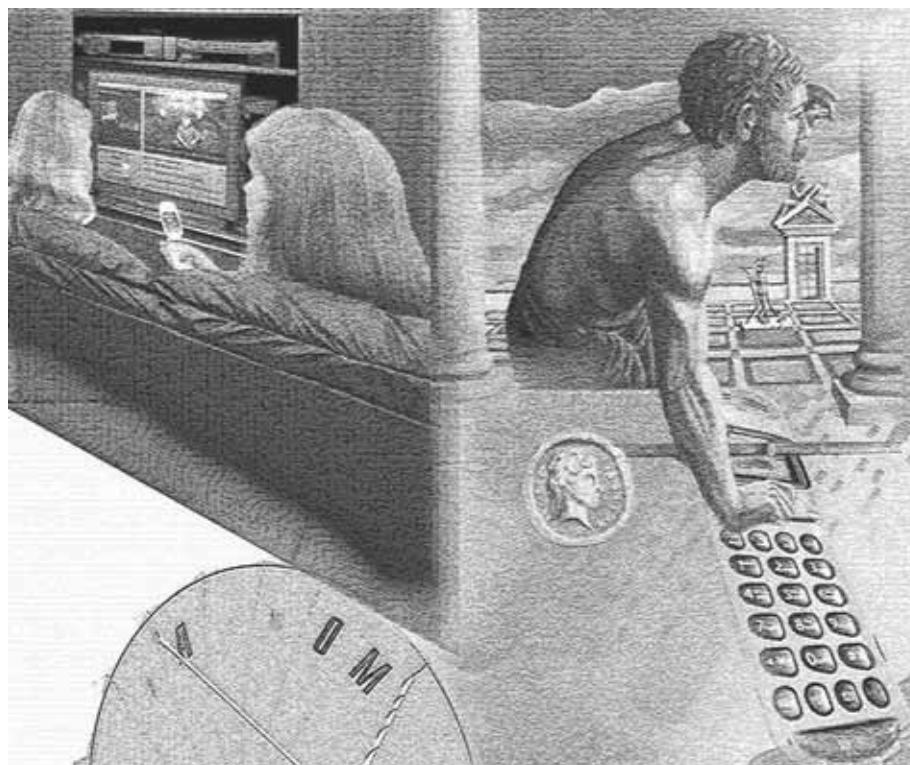
"Se essa tecnologia chegar com políticas atendendo a interesses pontuais privados, ... promovendo derrocada em setores econômicos brasileiros, ... provocará a dependência"

Celso Schröder

a diversidade cultural e abrindo novos espaços. No campo da distribuição, o pesquisador acredita que a internet vai se afirmar cada vez mais como um canal fundamental de difusão de conteúdos. "Resta saber como fatias mais amplas da população poderão ter acesso a esse novo canal", questiona. A dificuldade em levar o desenvolvimento tecnológico ao alcance de todos ocupa políticos e especialistas.

Novos paradigmas

Toda a tecnologia traz repercussões sociais, mudanças cognitivas, novos hábitos individuais e sociais, acredita Erick Felinto. "Entretanto, temos que tomar muito cuidado com as palavrinhas 'má-



gicas'. A convergência não é a resolução para todos os problemas sociais, econômicos culturais ou mesmo de comunicação", define. Segundo Felinto, convergência é apenas um termo que tem sido associado ao novo paradigma tecnológico, e que não pode ser tomado como chavão ou frase feita, passando a idéia de algo "absolutamente novo e revolucionário". Para Celso Schröder, coordenador-geral do FNDC, dependendo das opções que o Brasil fizer como nação, especialmente neste momento em que definições acerca do rádio e da TV Digital estão em curso, a convergência será alavancadora de renda, promotora da indústria, provocadora de novas relações e principalmente incluidora de largas camadas da sociedade no sistema produtivo brasileiro. "Essa é a possibilidade maior de a convergência promover independência", defende. "Por outro lado, provocará a dependência, se, ao contrário, essa tecnologia chegar com políticas atendendo a interesses pontuais privados, substituindo produção industrial, promovendo derrocada em setores econômicos brasileiros, seja na radiodifusão, seja na indústria de equipamentos", pondera.

Em artigo denominado *Convergência é Independência*, Schröder relaciona à confluência das tecnologias a possibilidade de se construir as *nações digitais*, "aquelas que mantêm sob seu controle a constante exigência por inovação científica em relação à pesquisa e ao desenvolvimento das TICs, da microeletrônica e da cibernética/robótica; uma plataforma industrial voltada para o beneficiamento de recursos naturais renováveis e para a produção de semicondutores; um co-

mércio direcionado para o escoamento da produção de bens eletroeletrônicos de consumo no âmbito doméstico e global; uma educação vocacionada à sociedade do conhecimento; distribuição de renda e geração de emprego por meio da exploração dos novos serviços digitais."

A convergência digital nas comunicações traça novos paradigmas nos relacionamentos entre as sociedades, com novas possibilidades para as áreas da indústria, da cultura e da política. "Todas as decisões envolvendo o desenvolvimento das tecnologias comunicacionais no país são atravessadas por componentes políticos (interesses de grupos econômicos, corporações ou do Estado) e culturais (por exemplo, como explorar o potencial artístico ou educacional das tecnologias digitais)", afirma Erick Felinto. Segundo o pesquisador, o desenho que este paradigma está tomando no mundo pode colaborar tanto para que o Estado tenha um controle cada vez maior das atividades de seus cidadãos (exemplo do Google na China; a tentativa americana de filtrar e-mails em busca de mensagens terroristas) quanto para uma maior liberdade de expressão dos cidadãos comuns por meio de facilidades como a internet. "O Brasil tem apenas acompanhado essas tendências mundiais, e com um atraso significativo. Bom exemplo disso é a internet, cuja base tecnológica e a legislação aqui ainda sofrem vários problemas, apesar de sermos um dos países com maior número de internautas do mundo", reflete.

Uma boa provocação para o desenvolvimento de um debate neste sentido pode ser tomada ainda a partir do

texto de Pierre Levy em *As tecnologias da Inteligência*, quando ele cita que “na era do planeta unificado, dos conflitos mundializados, do tempo acelerado, da informação desdobrada, das mídias triunfantes e da tecnociência multiforme e onipresente, quem não sente que é preciso repensar os objetivos e os meios da ação política? A integração plena das escolhas técnicas no processo de decisão democrática seria um elemento chave da necessária mutação da política.” Segundo Levy, as sociedades ditas democráticas têm todo o interesse em reconhecer nos processos sociotécnicos fatos políticos importantes, e em compreender que a instituição contemporânea do social se faz tanto nos organismos científicos e nos departamentos de pesquisa e desenvolvimento das grandes empresas, quanto no Parlamento ou na rua. Nessa linha, clamam vários setores da sociedade civil em defesa da integração plena dos aspectos sociais e técnicos envolvidos na configuração deste novo e complexo modelo de comunicação. Eles pedem para serem ouvidos e envolvidos, especialmente neste momento de definição sobre o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD).

Atores e negócios

Segundo Valério Cruz Brittos, especialista em Ciência Política e presidente do Capítulo Brasil da *Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura* (ULEPICC-BR), a convergência entre as tecnologias e lógicas midiáticas determinará o futuro da economia de negócios na radiodifusão. “A convergência vem sendo muito anunciada e pouco realizada, inclusive pela resistência das culturas empresariais de companhias de ramos distintos. Especialmente agora, quando a televisão digital terrestre está prestes a ser definida e implantada, o modelo de negócio tem que ser repensado, em articulação com outras mídias, com sua própria sustentabilidade e considerando especialmente o consumidor, que, na verdade, deveria ser mais do que isso”, diz.

Para Daniel Herz, o Brasil é um cenário típico para esta disputa, onde as empresas de telecomunicações se apresentam como potenciais concorrentes

das empresas de comunicação social e tentam vencer as barreiras constitucionais que estabelecem que as transmissões de conteúdo só podem ser feitas por emissoras de rádio e TV. Por outro lado, as empresas de mídia tentam preservar seu espaço. “Este é um cenário que exemplifica com muita clareza as disputas em torno da convergência entre telecomunicações e comunicação social. O impacto disso será enorme sobre todos os cernes da vida social, no campo da economia, da política, da cultura, e, portanto, trata-se de uma disputa que a sociedade deve não só acompanhar, mas intervir, procurando estabelecer os requisitos para ambos os setores e afirmar esta função que é inerente à transmissão de conteúdo, e que está por ser estabelecida”, diz Herz.

Na TV aberta, um exemplo de oportunidade em novos modelos de negócios é através da interatividade, possível com a digitalização. Durante a exibição dos programas, produtos e serviços podem ser comercializados aos telespectadores em tempo real.

As novas tecnologias possibilitam ainda a programação simultânea de conteúdos e a portabilidade. Entretanto, receosos da competição com as empresas de telefonia e acostumados a um modelo empresarial criado por eles próprios e autoregulamentado, os radiodifusores, no Brasil, vêm travando uma luta contra a entrada das companhias de telecom no mercado de mídia. Segundo Brittos, eles insistem em manter a estrutura econômica atual, que vem desde o regime militar, “sustentada em publicidade e capitaneada por organizações privadas, com a supremacia de um grupo em específico, a Globo”. Um modelo que já tem demonstrado suas limitações, tendo em vista não só a dívida da mídia em geral, “mas também o fato de que muitos canais têm financiamento

fora do modelo regular de busca de audiência para poder revender os espaços no mercado publicitário”, analisa Brittos. Na TV por assinatura, a convergência pode significar mais espaço na exploração do canal de retorno, que, por outro lado, terão que disputar com as empresas de telefonia.

Nas telecomunicações, a convergência pode significar (dependendo do modelo adotado) a inserção nos negócios da radiodifusão. A telefonia fixa, através da característica da interatividade, pode funcionar como canal de retorno dos conversores para as emissoras de TV por exemplo. No caso da telefonia móvel, o ganho em negócios pode ser a possibilidade de oferecer serviços sob demanda, cobrado além da conta telefônica, ou, ainda, produzir e comercializar seus próprios conteúdos. Porém, as teles não pretendem distribuir gratuitamente conteúdos audiovisuais produzidos para a televisão aberta em seus aparelhos celulares. O engenheiro de produção Américo Brígido Cunha, em sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal Fluminense, em 2004, investigou o impacto da convergência no mercado de serviços

de telecomunicações. No trabalho intitulado *Convergência nas Telecomunicações no Brasil: Análise das transformações no ambiente de negócios, estratégias e competitividade das empresas de telecomunicações*, Cunha aponta que o fenômeno da convergência nos serviços de telecomunicações foi bastante explorado do ponto de vista de

inovação da tecnologia, engenharia e equipamentos, mas que os impactos no ambiente de mercado do setor ainda não foram completamente diagnosticados. “Existe um campo vasto e ainda inexplorado, no entendimento do comportamento dos consumidores, modelos estratégicos, processos de negócios e ferramentas de Tecnologia de Informação. ... A mudança de paradigma

“A convergência vem sendo muito anunciada e pouco realizada, inclusive pela resistência das culturas empresariais de companhias de ramos distintos”

Valério Brittos

para a customização em massa encontra maiores barreiras nos modelos de negócios do que propriamente na tecnologia disponível nos meios de produção”, conclui.

Novos produtores de conteúdos – independentes, públicos, comunitários, universitários – terão oportunidades de incluir suas produções. A digitalização da TV implica ainda na disponibilização de mais canais no espectro eletromagnético. No sistema analógico, cada canal ocupa 6 MHz, e uma faixa entre eles permanece desocupada para não provocar interferência. Com a TV Digital, os canais entre cada faixa tornam-se disponíveis, permitindo que novos atores ocupem este espaço.

Fabricantes de equipamentos, no Brasil, se amparados por políticas industriais apropriadas, podem investir no domínio da produção de se-

“É pueril tentar enfrentar as mudanças postas como se estivéssemos diante de uma mera evolução tecnológica como foi a migração da TV preto e branco para a colorida.”

Floriano Marques

mi-
c o n -
dutores, estabelecendo uma plataforma industrial assentada na microeletrônica e na interoperabilidade dos produtos, a partir de adaptações às tecnologias já desenvolvidas nos outros países e testadas para o Sistema Brasileiro de TV Digital (SB-TVD).

Divergências

A convergência digital significa novas possibilidades de negócios entre os setores envolvidos, já que estarão operando de forma integrada. Entretanto, ainda são muitas as divergências entre as telecomunicações, radiodifusão, informática e os sistemas industriais, e terão que ser equacionadas, na avaliação de Celso Schröder, através da criação de políticas públicas edificadoras de uma economia igualmente convergente.

As teles, por exemplo, ansiosas para entrar no mercado da radiodifusão, pro-

curam na legislação da TV por assinatura uma brecha para incluir a programação audiovisual em seus produtos. Recentemente, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizou consulta pública à proposta de nova redação para a portaria 399/97, que trata do Planejamento do Serviço de TV a Cabo e Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), estabelecendo critérios para a entrada de novos interessados no negócio. A nova portaria permite ampliar a outorga de serviços de TV a Cabo e MMDS para municípios que ainda não disponham de outorga, sem limite ao número de operadores a serem instalados, uma possibilidade que aponta para a abertura à expansão das empresas operadoras de telecomunicações.

Outro ponto de discórdia nos negócios que permeiam as tecnologias da informação e comunicação foi aventado em fevereiro, durante um evento da Verizon (uma das maiores empresas americanas de telefonia), nos Estados Unidos. Segundo matéria publicada pela revista Exame (edição 865), um executivo da companhia abriu guerra contra as empresas de internet ao declarar que as operadoras pretendem cobrar uma espécie de pedágio para entregar os sites aos assinantes com rapidez e qualidade. As teles argumentam que, como operadoras, gastam uma fortuna construindo e mantendo as redes que as empresas de internet utilizam investindo apenas em servidores baratos. O tráfego de internet cresce de forma avassaladora através da combinação de acessos de alta velocidade e disponibilidade de conteúdos multimídia, que ocupam um espaço muito maior nas redes. Para as operadoras americanas, “alguém tem que pagar a conta”, relata a matéria. A discussão não chegou ao Brasil, “mas o impacto das negociações deve ser mundial”, disse o presidente da consultoria Yankee Group, Luis Minoru Shibata à revista Exame. A convergência das tecnologias promove, assim, uma correria em busca de novas receitas. A solução apontada pelas empresas de web, segundo a matéria, é a regulamentação.

Segundo Alexandre Annenberg, diretor executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, (ABTA), a possibilidade de expansão de mercado é interessante para os negócios, desde que as empresas de telefonia estejam

sujeitas às mesmas normas. As teles, por exemplo, não estão sujeitas à restrição da participação de investimentos estrangeiros em 49% do capital, como está a TV a Cabo. “Não garantir normas iguais é torpedear o negócio”, reclama Annenberg. Para o advogado Floriano Marques, entretanto, não há risco de destruição do setor pelo próprio setor (“canibalização”), mas ele reconhece que o desafio está posto. “É pueril tentar enfrentar as mudanças postas como se estivéssemos diante de uma mera evolução tecnológica como foi a migração da TV preto e branco para a colorida. Agora, que alguns radiodifusores sucumbirão neste processo, parece-me certo”, avalia.

Parada obrigatória

Uma das primeiras barreiras no percurso para a democratização das novas tecnologias digitais é a questão regulatória (tema que foi abordado mais profundamente na edição anterior desta revista: *Quem tem medo da lei de comunicação eletrônica?*). No Brasil, segundo Floriano Azevedo Marques, o Estado não está sabendo aproveitar as janelas trazidas pela convergência para ensejar a superação de velhos paradigmas regulatórios (por exemplo, no setor de radiodifusão) ou para modelar o cenário regulatório e de mercado que queremos para um futuro próximo (5 ou 10 anos). “Deveríamos estar discutindo marcos regulatórios e modelos de negócio”, defende. O advogado vê oportunidades de duas ordens na convergência digital: na radiodifusão, um caminho para concretizar o princípio da complementaridade dos sistemas público, estatal e privado (art. 223 da Constituição Federal), com maior oferta de canais na TV aberta e uma margem grande de negociação com os radiodifusores (que obtêm faixas “preciosas” do espectro); nas telecomunicações, aproveitando a interatividade permitida pela TV Digital, a oportunidade de avançar na universalização da internet através da inserção de obrigações de provimento de acesso em alta velocidade para populações carentes ou remotas.

Marques defende que o debate sobre a TV Digital poderia ser uma ótima ocasião para discutir uma lei atual de Comunicação Eletrônica de Massas que não centrasse em regular conteúdo, mas que preservasse uma conquista nacional (universalização quase plena de acesso

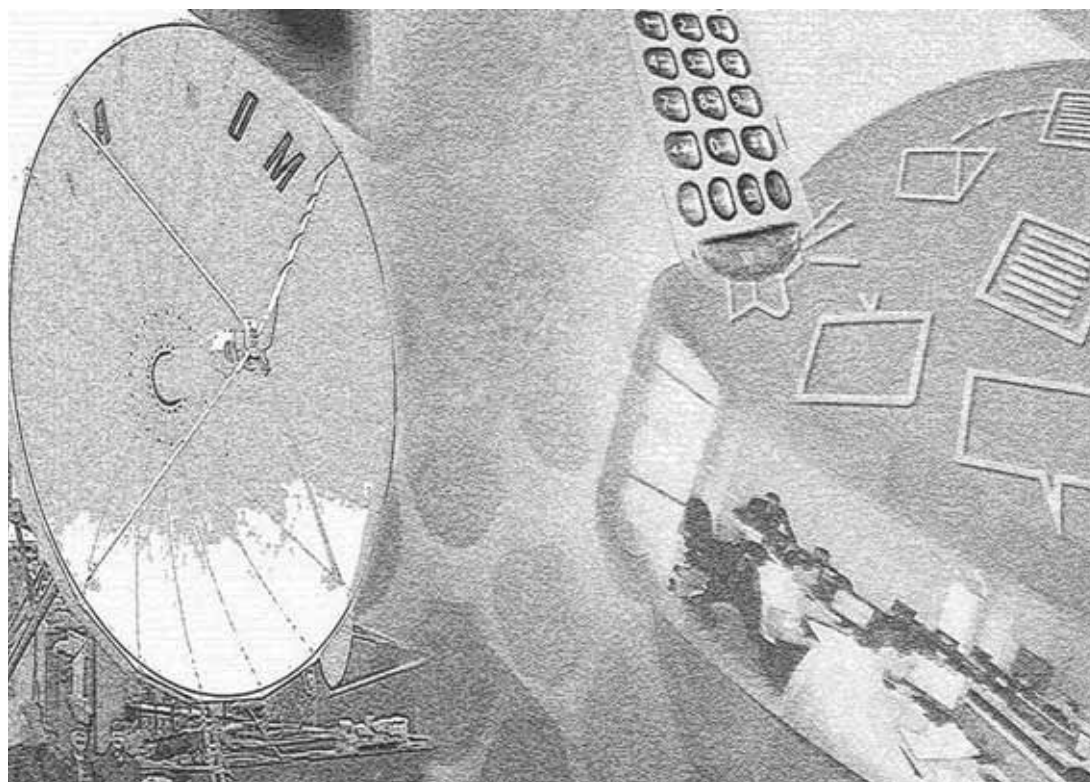
a tecnologia de qualidade e gratuita). “Acho que ainda será necessário reformular os marcos legais da radiodifusão, pois o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) não dá soluções para os problemas contemporâneos e muito do regime constitucional precisa ser regulamentado à luz das novas realidades”, avalia.

Mais conteúdo

“Não é por acaso que a TV Digital é uma das manifestações mais visíveis da convergência tecnológica”, escreve a pesquisadora da Fundação Pe. Urbano Thiesen/RS, Cosette Castro, em artigo publicado no livro *Mídias Digitais*, (Editora Paulinas). Ela prevê o acúmulo de conteúdos que serão disponibilizados ao mesmo tempo às audiências, através da TV Digital. Cosette aborda a tendência das emissoras de televisão, de produzir programas em tempo real, feitos ao vivo, com alta dose de improvisação, que tanto podem perder em qualidade quanto aparentar novidade, e prevê que os programas tipo *reality shows* (e cita o *Big Brother* como exemplo) estabelecem uma receita que deve ter vida longa no novo modelo de TV Digital, “pois inclui o uso de diferentes formatos e tecnologias, ao mesmo tempo que segue despertando a curiosidade das audiências”.

Cosette cita como exemplo, no artigo, a experiência da cobertura realizada pelo canal por assinatura espanhol *Via Digital* sobre os atentados de 11 de Setembro, nos EUA, quando disponibilizaram uma tela múltipla interativa por meio da qual os assinantes podiam optar por emissoras de TV ou de rádio. Embora não contassem com acesso à internet, vários canais de TV e rádio permitiam acesso a imagens e textos, além da possibilidade de votação sobre diferentes questões relativas aos ataques. “Essa experiência permite entrever rapidamente o leque de opções da TV Digital. Ela oferece a possibilidade de acessar ao mesmo tempo diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema, como as informações prestadas pela CBS TV (Estados Unidos), a BBC de Londres e a TV árabe Al Jazira sobre os atentados”, escreve a pesquisadora.

No mesmo livro, o assessor da Casa Civil da Presidência da República, André Barbosa Filho, aborda a questão da produção de conteúdo no rádio digital,



apontando para a necessária aproximação entre as novas linguagens e as novas tecnologias. “Vivemos um novo ciclo. Não há mais como separar as partes do amálgama construído pela soma do conhecimento tecnológico e a expressividade humana. O esforço no domínio de uma linguagem tecno-humana deve ser reconhecido como essencial para a conquista da nova comunicação”, escreve.

O pesquisador Erick Felinto acredita que o papel da TV Digital brasileira será fundamental no contexto da convergência tecnológica, mas condiciona: “Não adiantará nada ter um magnífico sistema de TV Digital, com ‘interatividade’ e tudo mais se as possibilidades de escolha e a diversidade forem apenas palavras vazias. Teremos de nos envolver numa grande luta para mudar a forma como a televisão se estabeleceu no Brasil enquanto tecnologia comunicacional dominante, caracterizada pela centralização excessiva de produção, comercialização e distribuição e pelo pouco espaço concedido à inovação”, reflete. Daniel Herz salienta que os rumos da digitalização no Brasil ainda estão em aberto e “a sociedade tem que estar

presente nestas definições, dada a magnitude deste processo, e das suas implicações sobre a economia, a cultura e a política deste país”.

Para o FNDC, o Sistema Brasileiro de TV Digital pode representar o acesso de milhões de brasileiros à inclusão digital, e por isso é um cenário que deve ser pensado e implementado atendendo

a conteúdos de entretenimento e lazer, formação cultural, diversidade, educação, capacitação e promoção da cidadania. Um cenário onde novos arranjos produtivos deverão desverticalizar a cadeia de produção e criar novos nichos de mercado estimulados por políticas públicas.

Utopia ou não, a construção

de uma efetiva independência brasileira, com inclusão social e fortalecida no cenário internacional, é compreendida pelo FNDC como uma das possibilidades apresentadas pela convergência dos sistemas e mercados de comunicação, com propriedades equivalentes aos princípios democráticos. As características de compartilhamento que configuram esta sociedade da informação reforçam este entendimento.

“Os rumos da digitalização no Brasil estão em aberto. A sociedade tem que estar presente nestas definições, dada a magnitude deste processo, e das suas implicações sobre a economia, a cultura e a política deste país”

Daniel Herz

TV Digital, sem ofensas e paixões

A escolha de um padrão tecnológico para a implantação da TV digital em nosso país ganhou contornos mais acirrados com a proximidade da decisão sobre qual sistema será o escolhido. Existem três padrões, chamados de “europeu” (DVB), “americano” (ATSC) e “japonês” (ISDB), envolvidos na disputa. Cogitou-se a possibilidade de desenvolvimento de um padrão brasileiro e de um possível padrão chinês, mas a escolha deverá recair mesmo sobre um dos três mencionados, buscando-se, na fase intermediária, no chamado “middleware”, agregar o maior valor possível de contribuição da pesquisa brasileira.

A decisão a ser tomada pelo governo brasileiro, após estudos que se arrastam por quase uma década e envolveram diferentes visões dentro de duas gestões e dentro de um mesmo governo, está cercada de interesses muito fortes, não só pela grandeza do mercado brasileiro, mas pela possibilidade de ampliar as exportações, e pela mudança significativa de padrões de comportamento e consumo que a TV Digital trará consigo.

No aspecto do negócio em si, o acirramento se ampliou na medida em que, além da escolha do padrão técnico, entraram em cena interesses de empresas de telecomunicações, visando espaço num mercado dominado pelos radiodifusores.

Neste cenário, a Eletros – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – chamou a si a tarefa de representar e avaliar o processo, em nome daquele que é a razão de ser deste segmento da indústria: o consumidor. A Eletros congrega 100% dos fabricantes de receptores de televisão com plantas instaladas no Brasil, empresas diretamente ligadas aos três padrões em avaliação.

Assim, defende a definição de um modelo de negócios que dê ao consumidor brasileiro, independentemente do sistema técnico adotado, a possibilidade de acesso à nova tecnologia dentro do menor prazo de tempo e nas melhores condições possíveis, de forma aberta, como é hoje a TV analógica, e sem maiores investimentos além da escolha do aparelho e da marca de seu receptor, característica da cultura desse mercado no País.

Nesse quadro de discussão, muitas vezes fervorosa, que tem cercado a definição do padrão de TV digital, os números e projeções apresentados em diferentes ambientes de interesse são, na maioria, dissociados da realidade e significam ensaios feitos sobre perspectivas ou possibilidades, e não sobre a realidade do mercado nacional.

“A decisão a ser tomada pelo governo brasileiro está cercada de interesses muito fortes, não só pela grandeza do mercado brasileiro, mas pela mudança significativa de padrões de compartamento e consumo que a TV Digital trará consigo.”

Arquivo Pessoal



A indústria trabalha com fatos, e está voltada ao consumidor. O consumidor brasileiro comprou cerca de 10 milhões de aparelhos receptores, sendo 8,5 milhões de 14 a 21 polegadas, ou seja, 85% da capacidade de compra está voltada aos

aparelhos de menor preço final.

Atenta ao mercado, na defesa dos interesses da indústria nacional e da economia brasileira, a Eletros dedica-se a contribuir com seu conhecimento através da experiência dos fabricantes a ela associados no mercado brasileiro e internacional, como subsídio à decisão final sobre o padrão, e também como forma de estimular um modelo de negócio que viabilize a implantação dentro dos parâmetros da realidade do País, sem sonhos ou paixões.

A Eletros deixa evidente sua intenção de colaborar no processo decisório, e a contribuição é no sentido de que o país adote um modelo de negócio e um padrão que permitam ao Brasil ter uma indústria produtora de receptores de sinais de TV que atenda aos interesses e possibilidades de seus consumidores, que permita a competição pelo mercado mundial, gerando divisas e empregos no país - sem que fatores emocionais e políticos prevaleçam sobre a racionalidade dos fatos.

Ao consumidor brasileiro cabe esclarecer: TV analógica, como é hoje, e TV Digital, como virá em breve (com melhor som, melhor imagem e muitas outras funções a serem melhor esclarecidas), conviverão por pelo menos uma década e meia no mercado, sem prejuízo para o comprador de qualquer tipo de aparelho de TV. Tranqüilize-se, portanto, o consumidor. A indústria nacional precisa dele e por ele seguirá lutando.

Paulo Saab é presidente da Eletros – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos

Controle Público das Comunicações

Se a comunicação é social, não há motivos para que ela não pertença à sociedade. Se é o público, e não o privado, a sua finalidade, é este o interesse que deveria prevalecer. Mas de que maneira a população se manifesta? Como assegurar sua participação? Num modelo em que os canais são concessões públicas mas os interesses que os administram são privados, tais questões podem se dissipar. O Estado se manifesta, na maioria das vezes, como detentor exclusivo do monopólio da representação, mas há mecanismos para a construção de controle público que podem ir além desta mediação.

Em sua clássica obra *Mudança estrutural na esfera pública*, o filósofo alemão Jürgen Habermas discute a noção de publicidade em meio à sociedade burguesa. Para o teórico frankfurtiano, o espaço público é visto como a instância aonde se forma a opinião (nos salões, durante o século XVIII, e na imprensa, como sua representação). Essa opinião, embora no início se manifestasse com a função de crítica em relação ao poder, mais tarde é refuncionalizada para canalizar o assentimento dos governados. "O exercício de poder necessita do controle permanente da opinião pública", explica o autor.

A grande pergunta do pensamento político, hoje, para o filósofo italiano Norberto Bobbio, é "quem controla os controladores?" Na falta de uma resposta adequada, a democracia fica perdida. "Mais que de uma promessa não cumprida, estaríamos aqui diante de uma tendência contrária às premissas: o máximo controle dos súditos por parte do poder", diz Bobbio, para quem a idéia de controle está vinculada à democracia, como um processo eminentemente político, que garante à sociedade a possibilidade de intervenção diante do Estado e do setor privado de comunicação, através do compartilhamento de responsabilidades e poderes.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) entende que o controle público não deve ser um

processo formalista ou censório, e que a ação sobre os meios de comunicação de massa deve dar condições que orientem conteúdos no desenvolvimento da cultura e da democracia no país. Assim, o Estado precisa ser fortalecido no seu papel de regulador e qualificador das práticas sociais, em ação substantivamente legitimada por novas relações multilaterais, um sistema de mediações institucionais que deverá permitir a interação da sociedade com o Legislativo, com os órgãos administrativos do Governo Federal, as "entidades pensantes" do Estado, a representação do setor privado e com as massas de consumidores dos meios de comunicação.

Propostas existem

No Brasil, entidades representativas de profissionais vêm buscando junto aos governos a criação de instâncias adequadas para mediar as relações da sociedade com os meios de comunicação social. Durante os dois primeiros anos de governo Lula, foram propostos a criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav) como mecanismos de regulação da produção em comunicação no País. As propostas acabaram barradas no Congresso Nacional, apontadas como instrumentos "censórios" pelas empresas de comunicação que protagonizam campanhas pela "liberdade de imprensa".

A idéia de criação de um Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) é antiga. O primeiro projeto foi proposto em 1965, e depois discutido nas décadas de 80 e 90. Em 2002, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) pediu ao governo FHC o envio de um projeto de lei do Executivo ao Congresso Nacional, mas não foi atendida. Com Lula no governo, veio o compromisso da formulação da proposta. "Assim que o projeto chegou ao Congresso, iniciou o bombardeio da grande mídia. A proposta dos jornalistas tinha o objetivo de zelar pelo exercício da profissão, mas esse mérito nem chegou a ser discutido e o projeto não foi à votação", relata Maria José Braga, tesoureira da Fe-

naj. Em 15 de dezembro de 2004, num acordo entre lideranças, a Câmara dos Deputados decidiu arquivar o projeto de criação do CFJ.

A proposta de criação da Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (Ancinav) pressupôs a necessidade de separar o tratamento legal e institucional dado às redes físicas e tecnologias, de um lado, e às atividades de produção e difusão de conteúdo audiovisual, de outro, estabelecendo um papel complementar ao hoje exercido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A elaboração da proposta ocorreu no Comitê da Sociedade Civil do Conselho Superior de Cinema (CSC), realizado no âmbito do Ministério da Cultura, em 2004, além de consulta pública ao anteprojeto, que recebeu cerca de 500 sugestões individuais, de entidades e empresas do setor. O Comitê incorporou essas contribuições nas revisões do anteprojeto de lei a ser encaminhado à apreciação do Poder Legislativo, mas a criação da Ancinav esbarrou no interesse econômico das emissoras de televisão (que temiam que as empresas de telefonia avançassem sobre o mercado de distribuição de conteúdos) e nas distribuidoras multinacionais de cinema, (preocupadas com o avanço de empresas nacionais). "No Brasil, grupos poderosos, mais confortáveis com a manutenção do *status quo*, acusaram a proposta de abrir brechas para interferências do Estado no conteúdo, o que não tinha nada a ver com o texto que foi posto em discussão, pois se tratava de normatização de relações econômicas", declara o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna.

Mas a idéia não morreu. Um grupo de trabalho interministerial foi formado pelo predidente Lula, em 2005, para elaborar a primeira redação para uma Lei da Comunicação Social Eletrônica. "O texto será submetido outra vez à consideração do setor e da sociedade, antes de ser enviado ao Congresso e tratará da organização e exploração dos serviços de radiodifusão e demais serviços de comunicação eletrônica de massa", revela Senna.

Há três anos respondendo pelo Ministério da Cultura, Gilberto Gil encara o desafio nada simples de propor e implementar para o povo brasileiro políticas públicas coerentes com o modelo democrático. Como ministro de Estado, Gil precisa buscar soluções para o fortalecimento da cultura em um país que enfrenta a tirania comercial na produção cultural e na qualidade da informação, cujo maior meio de comunicação de massa, a televisão aberta, carece de políticas públicas de regulação. Na função diplomática que lhe foi atribuída em serviço público, o compositor agrega ao papel de embaixador da cultura nacional (o qual ele já exercia como cidadão, através da sua carreira musical) o compromisso político de difundir a produção cultural brasileira. Nesta entrevista, concedida com exclusividade à revista MídiaComDemocracia, o ministro fala sobre as relações entre cultura e comunicação sob os novos paradigmas tecnológicos, explicita sua visão humanitária sobre o mundo contemporâneo, aponta para o compartilhamento de todas as iniciativas na área do conhecimento e a função social das novas tecnologias.

Entrevista de **Ana Rita Marini**
Fotos **Roberto Castelo**



Gilberto Gil: elogio à cultura do compartilhamento

MídiaComDemocracia – A Comunicação e a Cultura são manifestações humanas que estão intrinsecamente ligadas. No que uma e outra se misturam ou se complementam?

Gil – As comunicações são um elemento fundamental da vida cultural. Se a gente compreende que a cultura é um conjunto das relações de interação entre os indivíduos, entre os coletivos – e basicamente, no sentido amplo, a cultura é isso, trocas simbólicas, que vão do afetivo ao científico, que propiciam interação, diálogo, compartilhamento de idéias, de sentimentos, etc. – se cultura é isso, no sentido amplo, você imagina o papel dos meios, os instrumentos que ativam essa dimensão, esses processos. Os meios de comunicação sempre foram isso, com velhas ou novas tecnologias. Se você fala de um mundo com tecnologias rápidas, abrangentes, instantâneas, na possibilidade de um planeta em tempo real, se comunicando via eletrônica, então você imagina o papel das comunicações na formação do bolo cultural. Essa “bolha” cultural que envolve as cidades, cúpulas culturais que envolvem as regiões, o planeta. Você está aqui, está em todos os lugares, essa ubiqüidade que a digitalização propicia. A culturalização da vida. Tudo ficou mais acelerado. A ciência é cultura, a habitação é cultura, o meio-ambiente, a política é cultura, a produção é cultura. É fato ainda que tudo está tematizado, toda vida humana é tematizada e colocada à apreciação temática. As apreciações temáticas são impostas a todos, hoje. Todo mundo tem que se pronunciar sobre tudo. Começando pela democracia, pela prática, inclusive. Não há forma de expressão cultural mais eloqüente do que a democracia, o voto universal. Então todas as formas contemporâneas são culturalizadas, neste sentido. São cultivos múltiplos, coletivos, feitos por multidões, por aglomerações humanas. Então, comunicação e cultura são pleonismo, quase.

MCD – De que forma a digitalização das comunicações e suas possibilidades difusoras incidem na cultura?

Gil – Com várias possibilidades. Desde a instalação de processos de volatilização, coisas rapidamente consumi-

veis, rapidamente esquecíveis, olvidáveis, ou, ao contrário, pode contribuir também para súbitos aprofundamentos, súbitas dramatizações responsabilizantes. É tudo. Não é linear. A plethora tecnológica e a proliferação de meios e possibilidades não podem ser vistas como tendendo a levar o processo para uma direção. Leva, ao mesmo tempo, a várias direções. É ao mesmo tempo do aprofundamento, superficialidade absoluta. Na mesma medida em que superficializa, aprofunda. Paradoxal. As coisas não estão mais em lugar nenhum. Por quê? Porque estão em todos os lugares. E a gente pensa ‘mas não é assim, não pode, isso não é verdade, não é real. Isso não é tridimensional, não pode ser reduzido a uma representação tridimensional.’ A vida hoje já é claramente multidimensional. Já estamos vivendo não-lugares, não-temporalidade, não-espacialidade. Ao mesmo tempo em que estamos vivendo multitemporalidade, multiespacialidade, omnitemporalidade, omniespacialidade. É tudo ao mesmo tempo.

MCD – Esse tudo ao mesmo tempo, em todo lugar, é também democrático, ou nem sempre?

Gil – Nem sempre é democrático, necessariamente. De novo, da mesma maneira que isso tudo aponta para mais demanda democrática, aponta também para mais tentações totalitárias. Tentações absolutistas. Os domínios. As tentações da hegemonia como privilégio.

MCD – Na sua opinião, os meios de comunicação de massa no Brasil representam bem a cultura nacional?

Gil – Sim e não, ao mesmo tempo. Essa é que é a questão. Aí é que está. Não há mais essa separação. Não há mais dizer assim: a TV Globo é o retrato do Brasil, ela cobre o Brasil, etc, etc. Sim. E, por outro lado, não. Ela é um instrumento global como qualquer outro, ela propicia o movimento dos elementos estranhos, de fora, etc. Sim. Mas não é um sim para oposição ao outro sim, em tempos diferentes, momentos diferentes. Ela é ao mesmo tempo as duas coisas. Ela é ao mesmo tempo um compromisso nacionalizador, nacionalizante, de construção da língua, da unidade

identitária brasileira. Ao mesmo tempo, é uma jaula aberta de feras soltas. Feras do mundo diverso, feras do mundo oposto ao nosso, soltas por aí. São as duas coisas ao mesmo tempo. E aí você vai dizer: mas então como é que a gente pode escolher? Não tem escolha. O mundo contemporâneo não dá escolha. Ou você vive ele inteiro, ou não vive.

MCD – Nas administrações municipais e estaduais do PT, a política de descentralização da cultura deixou de lado a televisão, que é a maior divulgadora da cultura de massa. No governo federal, a proposta para o setor audiovisual veio através da criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), uma iniciativa que criou enorme polêmica entre os produtores e acabou com muitas críticas e adjetivos de “autoritarismo e censura”. O que ficou mal entendido no projeto?

Gil – A criação da agência reguladora para o setor pretende exatamente estabelecer equalização de espaços, de usos, de movimentos de extensão, de abrangência. A Ancinav, ou seja lá qual for o nome que venha a ter, foi mal en-



tendida, como se ela não fosse compreender essa instantaneidade, essa simultaneidade das coisas, de que os grandes conglomerados de comunicação são ao mesmo tempo onisciência e ignorância. Eles sabem tudo que é preciso para todos, mas também ignoram muito daquilo que todos precisam. E que os processos regulatórios são tentativas de estabelecimento de fatores equilibradores entre

essas duas coisas. Para que essas duas coisas que acontecem ao mesmo tempo corram de uma forma menos lesiva aos diferentes. Seja mais igualitariamente distribuída, em forma de acesso, de possibilidade de uso, de usufruto, possibilidade de apropriação. Ou seja, que todos tenham uma apropriação mais ampla de todos os significados, de todos os meios de comunicação. Isso demanda um processo regulatório monumental, de fôlego, uma vontade democrática extraordinária, uma capacidade de compartilhar. Uma capacidade extraordinária de vivência comum de interesses. De interesses comuns. Isso é complicado, porque setores humanos ainda tendem a reivindicar a fera. A televisão, basicamente, é privada, com exceção de alguns canais raquíticos em relação ao tamanho dos canais privados. E o setor privado se recusa a admitir que precisa adotar compartilhamentos de espaços que incluam capacidade de atendimento. É um esforço enorme de regulação.

MCD – Então a Ancinav volta, com projeto revisto?

Gil – Na verdade ela está seguindo. A instrução que o presidente deu, quando da reunião ministerial de janeiro do ano passado, onde se decidiu redirecionar o processo da Ancinav, foi de que a Ancinav continuasse o processo de criação de agência para o setor, com atribuição inicial de fomento e fiscalização, e que as questões regulatórias vão ser remetidas a uma Lei Geral das Comunicações, que deveria ter o seu processo de implantação iniciado em seguida. Então, essas coisas estão em curso. Nós estamos criando a área de fomento, no Ministério da Fazenda, através de um Fundo Nacional para o Audiovisual, que nos próximos meses a gente deve conseguir. A parte fiscalizadora está toda basicamente posta, através da própria Ancine (Agência Nacional de Cinema) e através de um conjunto de leis que estão aí, que já fiscaliza quem pode ir ao cinema, faixa etária, censura. Inclusive o Ministério das Comunicações faz um trabalho fiscalizador minimamente adequado, que precisa ser melhorado também, mas a questão regulatória seria remetida a uma lei, que é o processo que está se iniciando agora. Casa Civil, Ministério da



Cultura, Ministério das Comunicações e outros ministérios envolvidos para criar essa lei que seria o marco regulatório, o elemento fundador. Então, a Ancinav caminha nesse sentido. As condições para que esse abrangente trabalho de regulação seja feito, demanda também cada vez mais a boa vontade e o reconhecimento da necessidade por parte dos vários atores. Especialmente dos grandes concessionários.

MCD – E este processo de regulação também deve englobar a TV Digital brasileira, que está em fase de decisão?

Gil – Sim. A mesma coisa. Para além de uma definição que é estruturante e

“Além de uma definição ordenadora, que é a questão do modelo tecnológico, é preciso estabelecer muito claramente o arranjo regulatório”

ordenadora, que é a questão do modelo tecnológico, que vai definir o padrão da tecnologia brasileira e a questão do funcionamento da televisão digital, além de tudo isso é preciso estabelecer muito claramente o arranjo regulatório. E de novo vai se remeter à questão da Lei Geral das Comunicações, e mais ainda, à questão do conteúdo. Incentivo à produção de conteúdo. Compartilhamento e fruição da produção de conteúdo, via televisão, por parte de um maior número possível de atores, dos grandes aos pequenos, dos públicos aos privados, aos micros.

MCD – Este ângulo do compartilhamento, da fruição da entrada de novos atores na produção de conteúdo, esta seria uma característica inclusiva da TV digital, uma opção que deve orientar a escolha do padrão tecnológico. Mas ela também corre o risco de ser apenas uma melhora tecnológica que firma a exclusão.

Gil – Corre esse risco, se o governo não tiver compreensão dessa profundidade. Mas eu acho que o governo está tendo. Os últimos movimentos indicam claramente que o governo está compreendendo isso, tentando inibir, inclusive, certas manifestações que poderiam levar à compreensão de que há interesses querendo manter o *status quo* do modelo de negócios, quando na verdade os movimentos do governo indicam que ele está atento a esta questão da abertura de possibilidades de modelos de negócios alternativos, do equilíbrio entre o espaço privado e o espaço público, o acesso à televisão, à televisão para a saúde, para a cultura, para o governo, propriamente, o governo eletrônico. Todas essas grandes questões que remontam a uma dimensão pública na televisão. A televisão comunitária...

MCD - O que se percebe, em geral, é que a população não conhece as possibilidades da TV Digital.

Gil – O povo não se preocupa com essas coisas. O povo se preocupa que seus representantes, no governo, cuidem dos problemas para eles. Uma das prerrogativas democráticas dessa questão do voto é exatamente essa: eu voto para que meus representantes vejam por mim, cuidem por mim. Hoje em dia

já se estabelece este diálogo um pouco mais intenso, no processo dessa vida autorizada, do governo democrático. A vida do governo já é mais fiscalizada, mais acompanhada, pela população. Mas ainda ninguém quer ser um técnico, ninguém quer ser um especialista, ninguém quer fazer um papel que eles delegaram aos governos, à república.

MCD – Mas promover a discussão é saudável, não é?

Gil – Sim. Mas ainda assim ela não vai dar conta. O que eu estou querendo dizer é que quando você diz que a população, mesmo a classe média, mesmo os formadores de opinião, ainda não sabem direito sobre a TV Digital, é porque eles delegam a nós, representantes, esta tarefa. Isso é que nós estamos tentando fazer, por isso o governo está tomando nas mãos esta incumbência. O Poder Executivo, o Legislativo.

MCD – O FNDC entende que a convergência tecnológica dos meios de comunicação – e a TV Digital é um instrumento nessa confluência – pode levar à independência. E que por esse motivo o processo de definição de um Sistema Brasileiro de TV Digital deveria ser mais discutido.

Gil – Por isso a tarefa função regulatória é monumental, como eu disse. É imensa. E é nesse sentido, sim. Quanto mais democrática, quanto mais repartida ela for, em usuários, em que a comunidade dos usuários possa opinar, a comunidade dos fornecedores, dos concessionários, dos produtores industriais que produzem as tecnologias que implicam nessas novas convergências. Como é o caso da telefonia e da televisão, esses dois setores que não se falavam antes, porque não tinham necessidade de se falar. A informática, os computadores. Todos esses setores que agora têm linguagens comuns, falam ao mesmo tempo para o mundo, para a sociedade. Então, é preciso que o envolvimento desses setores seja mais qualificado, mais intenso, mais abrangente possível, mais responsável possível. Responsabilidades mútuas, compartilhadas, mas para isso é preciso ter mentalidade cada vez mais democrática, cada vez mais universalista, cada vez mais pluralista, cada vez mais



compreensiva com o sentido da diversidade cultural. Tanto no sentido de compreender entender, como no sentido de compreender abranger.

MCD – É nesse mesmo sentido que se desenvolve o *Creative Commons*, um movimento que, aliás, tem a sua simpatia e apoio, que o senhor batiza para a nossa língua como 'licença criativa'?

Gil – O Creative Commons é um desses instrumentos de instigação à mentalidade comum. Instigação à compreensão da necessidade desses compartilhamentos. Da necessidade da abolição definitiva desses monopólios, desses territórios, esses domínios exclusivos, como a propriedade intelectual, os direitos autorais, essas coisas todas de reservas de domínios. O Creative Commons,



de uma certa forma, tenta bombardear esse conceito e estimular na compreensão individual e pública a idéia de que tudo deve e precisa ser cada vez mais compartilhado, inclusive a propriedade, inclusive a intelectual. Dos 'sem terra' aos 'sem tela'.

MCD – E o Software Livre também? O governo apóia o SL?

Gil – O Ministério apóia todas essas iniciativas que apontam para o compartilhamento, para a democratização, o desaparecimento ou a atenuação das reservas de domínio, o equilíbrio entre domínios privados e domínios públicos, para a função social das tecnologias. Software Livre, flexibilização da propriedade intelectual, de propriedade industrial, garantia de direitos. Porque você não pode flexibilizar sem mecanismos que deixem claramente postas as garantias dos detentores dos direitos. Esse equilíbrio, que é preciso ser feito entre o individual e o público, essa passagem necessária que a sociedade moderna tem que ter a compreensão de que não deve haver mais discrepância ou divergência de propósitos ou de finalidades, de cisão na sociedade entre o privado e o público. Porque na verdade o que tem que prevalecer é o comum.

MCD – E qual é o maior desafio, como é que se caminha para esse equilíbrio entre o público e o privado?

Gil – Acho que nessas discussões, primeiro acionando os mecanismos da generosidade. Não pode haver vida compartilhada criada sem generosidade. Não pode haver o desaparecimento de reservas de domínio sem generosidade. Toda essa cultura. De resto, coincide com a visão aquariana, de terceiro milênio, que são as culturas da preservação do meio-ambiente, do desenvolvimento sustentável, do lucro responsável. Todas essas coisas juntas. É tudo uma coisa só. Então, qualquer governo que se preze tem que trabalhar com essas dimensões todas ao mesmo tempo. E é isso que eu, pelo menos, aqui no Ministério da Cultura, tento fazer. E acho que em boa medida o governo Lula, de um modo geral, tenta fazer, pelo menos nos setores mais responsáveis do governo.

Outorgas são moeda de troca do coronelismo eletrônico

Há quatro décadas, milhares de ouvintes, telespectadores e leitores de todo o Brasil convivem com o que os teóricos da comunicação chamam de “coronelismo eletrônico”. Um grupo de meios concentrados nas mãos de poucas famílias e, na maioria dos casos, liderados por detentores de mandatos políticos que, mesmo no século XXI, ainda arrastam verdadeiros currais eleitorais, principalmente nas regiões norte e nordeste do país. A consequência direta do problema: a população recebe na sua casa discursos sociais que representam apenas parcela da sociedade brasileira, geralmente a mais abastada.

O projeto de integração nacional deflagrado a partir da década de 60 pelo regime militar estruturou-se nas redes de televisão, cuja melhor tradução foi o modelo constituído pela TV Globo. A elaboração de um relatório intitulado *Donos da Mídia*, concluído em 2002, pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), apresenta o panorama no país. A pesquisa parte da constatação de que a televisão aberta é o principal veículo de comunicação de massa no Brasil e absorve mais de 60% das verbas publicitárias.

O pesquisador Venício de Lima, doutor em estudos sobre a concentração dos meios de comunicação, diz que as tecnologias da informação e de telecomunicações aparecem como um dos quatro setores com maior número de fusões e aquisições no primeiro trimestre de 2003, com um crescimento de 35% em relação ao mesmo período de 2002. O fato, segundo ele, acirrou ainda mais a concentração da mídia no Brasil. “A legislação do setor tem sido historicamente tímida, por intenção expressa do legislador, ao não incluir dispositivos diretos que



limitem ou controlem a concentração da propriedade, o que, aliás, acontece no sentido inverso do que ocorre em países como a França, a Itália e o Reino Unido”, diz Lima. Na sua opinião, o modelo tecnológico de TV digital a ser implantado vai determinar o rumo das novas concessões de radiodifusão. “Poderemos caminhar no sentido da democratização ou da consolidação definitiva dos mesmos grupos que já dominam o setor. Há ainda a questão das rádios comunitárias, que necessitam urgentemente de uma nova legislação que incentive sua criação e disseminação e não dificulte sua existência como hoje”, lembra.

A olho nu

A pesquisa do Epcom, que durante um ano monitorou as ramificações das seis principais redes nacionais de TV aberta (Globo, Record, SBT, Bandeirantes, Rede TV! e CNT) no Brasil, mostra que estes

grupos aglutinam 140 veículos afiliados que controlam um total de 667 empresas, entre emissoras de televisão, rádio e jornais. Como a televisão é o veículo que assegura a maior parcela de faturamento dos grupos afiliados, estabelece-se uma dependência orgânica em relação aos grupos “cabeça-de-rede”, configurando o “coronelismo eletrônico”.

Como exemplos desse tipo de concentração, Venício de Lima cita a Rede Brasil Sul (RBS), que atua em dois mercados regionais, os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O grupo reúne seis jornais, 24 emissoras de rádio AM e FM, 21 canais de televisão, um portal da internet, uma empresa de marketing e um projeto na área rural, além de ser sócio da operadora de TV a cabo NET.

Outro estudo, realizado com 3.315 emissoras de radiodifusão (de 1998 a 2000), por Israel Carvalho Bayma, assessor especial da Casa Civil da Presidência

da República, identificou, entre os 48.061 vereadores e 5.547 prefeitos do país, aqueles que eram acionistas ou dirigentes de emissoras de rádio e televisão. Foram levantados dados dos deputados estaduais e federais, senadores e governadores que detinham concessões de radiodifusão. Do percentual de participação societária ou de direção, de parlamentares, prefeitos e governadores em concessões de rádio e televisão, o PFL detinha 37,5%, seguido do PMDB com 17,5%, o PPB com 12,5%, o PSB com 6,25%, o PSDB com 6,25%, o PPS com 5%, o PL com 3,75% e o PDT com 3,75%. Os demais partidos tinham menos de 3%, à exceção do PT que não dispunha de nenhuma concessão.

Em 2003, logo após o resultado eleitoral do ano anterior, os dados obtidos demonstravam a seguinte configuração: o PFL detinha 37,29% das concessões de rádio e televisão; o PMDB detinha 19,49%; o PDT 14,41%; o PSDB 8,47%; o PP 8,47%; o PPS 4,24%; o PTB 3,39%; o PSB 2,54% e o PL detinha 1,69%.

Constituição avançou

Segundo Bayma, frente a esse panorama, o que deve ser investigado é como a mídia financia, direta e indiretamente, os seus candidatos, qual é a matriz adotada e quais os interesses que regem esses apoios. Como exemplos clássicos, Bayma destaca situações como aquela em que o então presidente José Sarney concedeu mais de mil licenças a emissoras de rádio e TV para empresas ligadas a parlamentares federais, as quais ajudaram a aprovar a emenda que lhe deu cinco anos de mandato (veja quadro).

Uma das inovações da Constituição de 1988 foi delegar ao Congresso Nacional a aprovação das outorgas de rádio e televisão. "As concessões tinham uma longa trajetória de servir como moeda de troca do Poder Executivo no jogo po-

O estudo do Epcom mostra que a Rede Globo é a líder, com 223 veículos próprios ou afiliados (quase o dobro das redes SBT e Record, em segundo e terceiro lugar, respectivamente). A Globo detém 33,4% do total dos veículos ligados às redes privadas nacionais de TV e apresenta o maior número de veículos em todas as modalidades: 61,5% das emissoras de TV e de UHF; 40,7% dos jornais; 31,8% das TV VHF; 30,1% das emissoras de rádio AM; e 28% das FM.

lítico", explica Bayma. Na maioria dos casos, deputados e senadores outorgavam e renovavam as concessões em troca de favores eleitorais. A mudança foi considerada um avanço no Brasil.

A Constituição de 1988 também proíbe que deputados e senadores tenham contrato ou exerçam cargos, função ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviço público. Restrição semelhante já existia no Código Brasileiro das Telecomunicações (CBT) desde 1962, determinando que aquele que estiver em gozo de imunidade parlamentar não pode exercer a função

de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão.

Já na era Fernando Henrique Cardoso (de 1994 a 2002), até setembro de 1996 foram passadas 1.848 autorizações de retransmissoras de televisão; 268 foram destinadas a entidades ou empresas controladas por 87 políticos, todos favoráveis à emenda da reeleição aprovada em 1997.

No Ministério Público

Os jornalistas Alberto Dines, José Carlos Marão, Luiz Egypto e Mauro Malin, coordenadores do Projor, instituição jornalística mantenedora do site *Observatório da Imprensa*, encaminharam, em 2005, ao subprocurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, os resultados de uma pesquisa que mostra que 79 políticos, entre deputados e senadores, mantêm relação direta ou indireta com emissoras de rádio e TV, situação que fere o artigo 54 da Constituição. Em análise preliminar, Gurgel entendeu que não há indícios de ocorrência de crime. No momento, o inquérito corre em primeira instância e os autores da ação esperam um aprofundamento das investigações, e a revisão no posicionamento do Ministério Público.

"O grande problema da concentração da comunicação brasileira começa quando o parlamentar se autoconcede uma emissora e depois vai negociá-la com uma grande rede de TV ou rádio", aponta Dines, para quem essa realidade tem que ser modificada a partir do posicionamento e indignação dos próprios jornalistas e adequar-se ao interesse público. "Só uma TV pública arriscaria trazer este debate para a sociedade, esta é uma das suas funções", defende o jornalista.

Para o jornalista Daniel Herz, falecido recentemente, ex-conselheiro no Conselho de Comunicação Social (CCS), a melhor possibilidade de evitar o particularismo da bancada radiodifusora é realizar o debate público, para que possa haver um equacionamento de interesses. "Tirar dos bastidores, para que os interesses se expressem e não predominem por meios escusos ou simplesmente sem se expressar completamente", diz Herz, que aponta o CCS como um lugar onde se pode expor estes interesses e sujeitá-los ao debate público, sob as mais diversas demandas, para que sejam equacionadas.

Concessões e permissões outorgadas no período de 1985-1988 (Governo Sarney)

Tipo de serviço	1985	1986	1987	1988*	TOTAL
FM	66	91	143	332	632
OM	47	50	53	164	314
TV	14	13	12	43	82
TOTAL	127	154	208	539	1.028

Até 5/10/88, data da promulgação da nova Constituição. Fontes: Minicom e Diário Oficial da União



Repressão e autoritarismo ainda assombram as rádios comunitárias

A esperança depositada na administração do atual governo democrático e popular, de acabar com a repressão sobre as rádios comunitárias (radicom) é a grande frustração do movimento que viu crescer, em pouco mais de três anos, as arbitrariedades sobre o setor. Ao contrário do que esperavam os radiodifusores comunitários, as ações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da Polícia Federal (PF) tornaram-se mais autoritárias neste período, caracterizado por ações truculentas e de violência. A pergunta é: por que, num estado democrático de direito, as rádios comunitárias continuam sendo fechadas, seus operadores presos, humilhados, tratados como criminosos políticos e seus equipamentos apreendidos, danificados?

Segundo um dossiê elaborado em 2005 sobre a violência contra as rádios comunitárias no Brasil, a origem está no estigma “fincado” há 500 anos na história do povo brasileiro. “Há cinco séculos as riquezas da nação são entregues a um grupo de pessoas ou entidades que se constituem no poder de fato do Brasil. Assim, as rádios comunitárias são fechadas hoje por uma razão política incrustada na nossa história, e não por argumentos técnicos ou jurídicos”, profere o documento. O dossiê foi elaborado pela Associação Brasileira de Radiodifusão comunitária (Abraço), Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro (Farc), TV Comunitária do DF, Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc), Associação Brasileira dos Canais Comunitários (Abccom), Sindi-

cato dos Jornalistas Profissionais do DF, Central de Mídia Independente (CMI), e pelo Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura - Indecs e entregue à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA).

A análise do juiz federal Paulo Fernando da Silveira sobre a situação atual da radiodifusão comunitária no Brasil ratifica a origem apontada pelo dossiê. “É fruto da nossa tradição, que vem da monarquia e passou por duas ditaduras, delegar tudo ao poder central”, avalia. Para dirimir as dificuldades no trato das autorizações e a conseqüente repressão às rádios comunitárias, Silveira trabalha com a argumentação sobre o princípio federalista da Constituição brasileira, que assegura competência ao município de legislar sobre assuntos de interesse local (o foro das comunitárias). “A abertura de rádios comunitárias jamais pode ser considerada crime, a não ser em países de regime ditatorial”, afirma o juiz. Mas o ministro das Comunicações, Hélio Costa, tem sido contundente ao se referir às emissoras de baixa potência que ainda não possuem licença para operar: são “piratas” e por isso devem ser fechadas.

Legislação é pobre...

A Lei 9.612, da radiodifusão comunitária, em vigor desde 1998, não contempla satisfatoriamente as necessidades do setor e inviabiliza a operação das emissoras. O dossiê aponta algumas “aberrações nos detalhes da lei”: limitação a um só canal por município; alcance de 1 quilômetro; proibição da publicidade; exigência de que a diretoria da rádio more nesse círculo de 1 Km; punição para o caso de o sinal da comunitária interferir numa comercial; as emissoras comunitárias não podem entrar em rede; potência limitada em 25 watts; tem como referência a Lei 4.117/62 e o decreto 236/67, que são instrumentos jurídicos ultrapassados, sendo o último construído na época da ditadura militar, com a finalidade de punir ‘os inimigos do regime’; e estabelece que as radicom devem operar fora do dial.

Um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto por oito ministérios e a Anatel, com a participação de entidades representativas das comunitárias, realizou, no ano passado, uma análise sobre

a situação da radiodifusão comunitária no Brasil e da Lei 9.612. O resultado do trabalho do GTI originou um documento que foi protocolado em janeiro deste ano, no Palácio do Planalto, por entidades ligadas ao movimento pelas radicom. Até este momento, entretanto, o governo não se pronunciou com “nenhum atendimento ao que foi reivindicado”, declara José Guilherme Castro, secretário-geral do FNDC e membro da Abraço Nacional.

... e mal interpretada

A falta de assessoria jurídica competente para tratar da interpretação da lei tem sido uma constante que deixa vulneráveis os canais comunitários enquanto ainda operam sem a autorização, mesmo que possuam licença provisória. Nos mandados de busca e apreensão, por exemplo, a ação é iniciada geralmente pela entidade que responde pelas emissoras comerciais (no âmbito regional ou nacional), que denuncia à Anatel, que por sua vez solicita à Polícia Federal (PF) o fechamento da emissora comunitária. A PF faz o pedido de busca e apreensão à Justiça Federal, que com base na avaliação do Ministério Público, acatará ou não. “Se o promotor entender que rádio comunitária é crime, manda executar. Se não, arquiva o parecer”, explica Clementino Lopes, advogado, dirigente da Abraço Nacional. Segundo Clementino, o maior problema, hoje, neste processo, está no cerceamento de defesa das comunitárias. “Um inquérito policial pode levar até dois ou três anos para ser concluído, e, no final, geralmente aponta que a PF não tem condições técnicas de laboratório para fazer a avaliação necessária. Nesse tempo todo, as comunitárias ficam sem o direito de defesa, porque precisam esperar o resultado do inquérito”, diz Clementino. A coordenação jurídica da Abraço vem tentando manter os advogados de todas as regiões onde atuam as comunitárias munidos de jurisprudências com orientações sobre abordagens à legislação específica.

Segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), uma rádio que já tenha protocolado seu pedido de outorga junto ao Ministério das Comunicações não pode ser molestada enquanto não houver solução final para o seu processo. Porém, segundo a assessoria de imprensa da Anatel, uma emissora de baixa potência



sem outorga é considerada ilegal, e não comunitária, e por lei, deve ser fechada. O juiz Silveira orienta que uma rádio nestas condições, ao ser lacrada, deve pedir o deslacramento com base na decisão do STJ. “Na verdade, são ações já asseguradas, mas que as rádios geralmente desconhecem porque não possuem uma assessoria jurídica à altura para enfrentar a situação”, avalia.

Poder exacerbado

O dossiê sobre a repressão às rádios aponta nas ações dos agentes públicos (Anatel e Polícia Federal) elementos como o abuso de autoridade, prepotência dos agentes, exposição desnecessária de armamento, constrangimento de

Lentidão – O Ministério das Comunicações, o órgão que concede outorga de radiodifusão comunitária, desde 1998 e até 27/3/2006, autorizou abertura de um total de 2.464 processos, dos quais 1.519 obtiveram a licença definitiva e 521 a licença provisória. A demanda atual para o setor é de 9.237 pedidos cadastrados no Ministério, aguardando aviso de habilitação e/ou habilitados para continuar processo.

Fonte: Ministério das Comunicações – Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento de Outorgas

crianças e adultos, despreparo no trato com movimentos organizados e quanto aos direitos humanos, covardia contra o povo pobre, ocultamento de identidade e de registro da ação e parceria com a grande mídia.

O superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, José Mallmann, afirma que estes procedimentos são desvios de conduta, que o abuso de autoridade não é diretriz da corporação, que trabalha com o resgate de valores éticos e morais. “O policial não pode se sentir o todo poderoso. Temos uma galeria de valores que deve funcionar como um altar para o policial. A instituição repudia este tipo de conduta”, garante. O delegado aposentado da Polícia Federal em São Paulo, Armando Coelho Neto, atribui as abordagens rigorosas aos fortes interesses econômicos que envolvem a área, à falta de assessoria jurídica competente, e à omissão do Ministério Público Federal na defesa dos interesses difusos e direitos do cidadão. “Com todo esse aparato econômico, discurso legal falacioso e o aparelho repressor a serviço dos interesses particulares, as conseqüências não poderiam ser outras”, define. Entretanto, avalia que a PF já foi bem mais arbitrária, e que vem atuando com uma nova filosofia. A Anatel foi procurada insistentemente para falar a esta reportagem, mas, segundo a assessoria de comunicação, não tinha técnico disponível para dar a entrevista.

A morosidade com que se desenrolam os processos de autorização expõe as comunitárias durante muito tempo aos atos de repressão. O juiz Silveira explica que no momento em que uma comunitária protocola seu pedido de concessão no Ministério das Comunicações, já pode solicitar ao juiz local um *Habeas Corpus* preventivo. É uma forma, aponta, “de evitar os atos repressivos, calçada em decisão do STJ”.

Para José Guilherme Castro, a repressão é uma “reação natural” que surge em resposta à ousadia da população que vem colocando no ar milhares de emissoras de baixa potência. “Não adianta querer nos exterminar como ‘erva daninha’. Somos gente que tomou consciência e vai continuar ocupando, produzindo e transmitindo. Essa é a contribuição dos radiodifusores populares na luta pela construção de um país mais igualitário e justo”, defende Castro.

Um novo modelo de financiamento da radiodifusão terá de nascer para que a TV aberta sobreviva às tecnologias digitais que estão por serem implantadas. Os atuais recursos, baseados nos investimentos publicitários (contribuição indireta da população ao sistema de comunicação), não serão mais a única receita a manter este mercado, que já se manifestou esgotado desde que vem disputando com outras mídias os investimentos em propaganda. “Fechado e autoritário”, este é um modelo que está condenado e muito longe de ser, como pregam as emissoras de televisão, “gratuito”.

Morte anunciada?

Mais do que o fim das transmissões analógicas, a introdução da tecnologia digital no rádio e na TV está prestes a decretar a falência de um modelo de financiamento dos serviços de radiodifusão que data dos anos 60. Aquele onde o anúncio publicitário, sob a forma de intervalo comercial ou merchandising na programação, é a principal – ou exclusiva – fonte de receita da emissora. Ou seja, um círculo vicioso onde o cidadão paga pela divulgação dos produtos que vai comprar mais tarde, sustentando a infra-estrutura de comunicação e os conteúdos informativos, educacionais e artísticos que por ela trafegam. “E pagamos um valor muito alto, pois a TV, além de vender o produto em si, vende todo um estímulo ao consumo que tem contribuído para a banalização das relações sociais e incitado ao endividamento. Esta é a chave da sociedade capitalista”, sintetiza Valério Brittos, professor no programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e

doutor em Comunicação Social e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Com o surgimento de novas mídias e a estagnação do bolo publicitário (nome pelo qual é conhecido o total de investimentos de propaganda nos mercados de comunicação), mais empresas passaram a disputar os mesmos recursos destinados pelos anunciantes. Assim, os custos de produção se elevaram e a origem dos recursos quase não foi alterado. Pior do que isso: o principal grupo de mídia do

País continua ficando com a maior fatia do bolo, cerca de 70% do total. “Tal procedimento resume a característica política do modelo: ele é fechado e autoritário, apesar de vivermos nos marcos da democracia burguesa”, explica Brittos, ao lembrar que este modelo foi implantado pelos próprios radiodifusores e pela “mão invisível do mercado”, com complacência do regime militar. “É a falência de um modelo ditado pelas próprias empresas do setor, pois a regulamentação da área tem sido diretamente conformada por elas, muito mais do que em qualquer outro segmento no capitalismo”, conclui.

Em março, o FNDC colocou na ponta de lápis essa equação e chegou a um total de R\$ 203,44 anuais pagos por cada lar brasileiro para ver a televisão tida como “gratuita e aberta”. Este total não levou em conta os custos com a produção dos comerciais nem com a compra de receptores de televisão. De outro lado, o Fórum também revelou à sociedade quanto ela terá que pagar para que as emissoras façam a transição para o mundo digital. O resultado é uma conta que não fecha: investimento demais e faturamento de menos. Projeções do relatório final do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, entregue pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) ao governo federal em fevereiro, revelam que estamos prestes a testemunhar uma nova crise no setor de mídia como a ocorrida recentemente com os investimentos para implantação das redes de TV a cabo. Para a população, a transição pode custar R\$ 287 bilhões ao longo de 15 anos. Gastos iniciais para as emissoras podem chegar a R\$ 5,5 bilhões nos primeiros cinco anos.

A CONTA DA TRANSIÇÃO*		
	ponto**/ano	total 15 anos
Pacote recepção (URD + antena)	R\$ 400,00	R\$ 18,68 bilhões
Acesso canal de interatividade	R\$ 180,00	R\$ 126,09 bilhões***
Financiamento via publicidade	R\$ 203,44	R\$ 142,5 bilhões***
Implantação do canal de retorno	R\$ 140 mil	R\$ 0,351 bilhão
Total Geral		R\$ 287,6 bilhões

* Estimativa baseada em valores fixados pelo CPqD cruzados com dados do projeto Inter-Meios e do IBGE; ** Ponto pode significar preço por domicílio, por emissora ou por estação de canal de retorno; *** Custos sujeitos à variação com base no desempenho das empresas de mídia e telecomunicações e no aumento do número de lares com TV no período de 15 anos

Gastos da população

As estimativas do CPqD apresentadas no documento revelam que a população pagará a maior parte da conta da transição do modelo analógico da radiodifusão de sons e imagens para o digital. Fixando os custos com a compra da unidade receptora-decodificadora (decodificador acoplado ao televisor) e da antena digital em R\$ 400, a transição para os brasileiros só com os novos equipamentos seria de R\$ 18 bilhões ao longo de 15 anos, que é o tempo mínimo previsto para o encerramento das transmissões analógicas. Estes valores aumentam se a opção pelo canal de interatividade também for financiada pela população a uma mensalidade de R\$ 15, ou R\$ 180 por ano. Outro custo que faz parte da equação são os R\$ 203,44 que cada um dos domicílios brasileiros com aparelho receptor pagou no ano passado para ver televisão, sob a forma de custos de mídia repassados para os preços finais de produtos, serviços e tributos. Somando tudo isso, e levando-se em consideração a existência de 46,7 milhões de domicílios com TV no Brasil (91% dos lares brasileiros conforme o IBGE), ao longo de 15 anos a transição pode custar ao bolso da população R\$ 287,6 bilhões. Some-se a isso os valores com a aquisição de terminais portáteis e móveis de TV digital, bem como o custo para o acesso sem-fio, e a estimativa ultrapassa a casa dos R\$ 300 bilhões.

Gastos das emissoras

Na ponta das emissoras, a maior parte dos investimentos deverá se dar na rede de transmissão e retransmissão. É aqui que se encontra o maior obstáculo para a entrada de novas instituições e mesmo das geradoras educativas e dos canais básicos de utilização gratuita previstos pela lei do cabo (canais comunitários, educativo-culturais, legislativos, universitários). Outro impedimento deverá se dar para muitas prefeituras e câmaras de vereadores do interior do Brasil que hoje bancam a estrutura da retransmissora de uma rede comercial ou estatal no município por falta da presença das mesmas. Conforme o CPqD, 8% da população brasileira (7% dos domicílios e 24,5% do total de municípios) não está coberta pelos

canais de frequência de caráter primário (as geradoras principais) sendo atendidas pelo poder público e com canal secundário (não protegido de interferências). Os custos de captação da geradora (equipamentos instalados no estúdio) não foram estimados pelo estudo do CPqD. Quanto aos custos com codificação e multiplexação (transformação do áudio, vídeo e dados em códigos binários e seu "empacotamento" para transmissão), existe uma diferenciação que varia conforme a qualidade da definição de imagem e som bem como o modelo de canalização que for adotado.

Com base nestas referências, o CPqD estima em R\$ 4,37 bilhões os custos para a transição das emissoras privadas e em R\$ 1,25 bilhão para as emissoras públicas. Ou seja, um total de R\$ 5,62 bilhões. Em uma das três simulações de modelos econômicos feitas pelo centro de pesquisas para o caso das geradoras, o custo médio anual de implantação para todas as emissoras privadas é de R\$ 800 milhões durante cinco anos. Para as emissoras públicas, chega-se a uma média de R\$ 215 milhões ao longo de três anos.

Canal de retorno

Usando como referência a tecnologia de redes sem-fio WiMAX, com um valor por estação fixado em R\$ 140 mil, o CPqD estimou em R\$ 352,795 milhões os investimentos necessários à implantação de 2.511 pontos de banda larga para se ter uma cobertura nacional de canal de retorno sem-fio para os serviços de interatividade do SBTVD. Mais um custo que terá que ser repassado aos usuários em algum momento da transição.

Operador de rede

Todos estes valores caem sensivelmente quando a figura do operador de rede é inserida nas simulações do CPqD. O operador de rede é a empresa de telecomunicações ou até de energia elétrica – pública ou privada – responsável pela construção, gerenciamento e manutenção de uma rede de transmissão que poderia ser usada por uma ou mais emissoras como forma de reduzir os custos e viabilizar a implantação da

nova tecnologia. Considerando o operador de rede na conta, o total da transição para as geradoras não passaria de R\$ 4 bilhões, sendo que R\$ 3,9 bilhões seriam aportados pelo operador de rede. No caso das TVs públicas, a necessidade de investimento cairia de R\$ 1,25 bilhão para R\$ 4,79 milhões. Apesar dessa informação, o relatório não menciona quanto custaria para as emissoras o aluguel da infra-estrutura da rede deste operador.

Rede pública e única

Por trás da figura aparentemente nova do operador de rede, está um conceito previsto na Lei do Cabo, de 1995, mas ignorado pelas empresas na hora de implantar suas operações: rede pública e rede única. Ou seja, uma mesma infraestrutura compartilhada por todas as empresas e instituições de forma a evitar construção de redes paralelas nas mesmas localidades (o chamado "overbuilding") e investimentos adicionais desnecessários. Ao desrespeitar esse princípio da Lei do Cabo, as duas principais organizações brasileiras de mídia que entraram no segmento de TV por assinatura (Globo e Abril), investiram US\$ 1,7 bilhão para montar as quatro maiores operadoras do País (NET, TVA, Sky, DirecTV). Por conta disso, e de outras incursões no mercado de telefonia e internet, acumularam um endividamento de US\$ 3 bilhões, que acabou obrigando-as a praticamente sair do mercado – ou vender o controle acionário das empresas – em menos de 10 anos de atuação e estimular um "estado de crise" para o setor que quase levou o governo federal a distribuir recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a "recuperação" destes grupos.

Conta não fecha

Agora, a história pode se repetir. Porém, encontrando mercados e sistemas de comunicações fragilizados economicamente e defasados em termos tecnológicos uma vez que todas as emissoras de radiodifusão (rádio e TV) terão de desembolsar valores consideráveis se quiserem continuar operando. Considerando

Custos para as emissoras	Classe C(100 w)	Classe B(1 kW)	Classe A (5 kW)	Especial(20 kW)
Total por transmissora (R\$)	171.600,00	709.200,00	2.141.500,00	6.700.500,00
Total por transmissora RJ e SP (R\$)	-	-	2.871.500,00	7.430.500,00

Fonte: Modelo de Referência SBTVD, p. 77, CPqD, 13/2/2006

que o mercado de televisão fechou 2005 com R\$ 9,5 bilhões de faturamento publicitário (principal receita das emissoras de televisão) e que cerca de 70% deste valor é arrecadado pelas cinco emissoras da TV Globo e sua rede de 107 afiliadas – totalizando R\$ 6,65 bilhões –, as demais 340 emissoras brasileiras teriam que fazer a transição disputando entre si apenas R\$ 2,85 bilhões do bolo publicitário para manter seus custos fixos e ainda investir nos novos equipamentos digitais. Conta que os anunciantes brasileiros, por meio da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), já afirmaram que não pretendem pagar.

Faça as contas

9.500.000.000 — R\$ 203,44
 46.700.000 PLANO
 PARA CADA
 DOMICÍLIO
 COM TV

A TV aberta faturou no ano passado R\$ 9,5 bilhões. Existem no Brasil 46,7 milhões de lares com televisão

Elton Bomfim / Agência Câmara



Câmara dos Deputados levou especialistas à mesa de debates para esclarecer legislativo sobre a TV Digital

Sociedade forma Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital

Com a preocupação de democratizar o debate sobre a digitalização dos sistemas de rádio e televisão brasileiros, a sociedade civil organizada formou, durante uma plenária na Câmara dos Deputados em abril, a “Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital”. Integrada por mais de 60 entidades representativas de trabalhadores, movimentos sociais e organizações não-governamentais de diversas regiões do país, a frente está engajada na luta para garantir avanços em um novo modelo de comunicação para o Brasil.

Em Carta aprovada durante a sessão para orientar sua linha de trabalho, a Frente se propôs a atuar de forma conjunta para democratizar o debate sobre a digitalização da radiodifusão brasileira, formular propostas acerca do modelo de implantação e exploração dos serviços e opções tecnológicas e econômicas, defender o cumprimento dos objetivos dispostos no Decreto 4.901/03 – que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) –, reivindicar a implementação de uma política pública para o desenvolvimento de um sistema semelhante ao SBTVD para o Rádio Digital e defender a definição de um marco regulatório que incorpore a convergência tecnológica e regulamente os artigos constitucionais que tratam da área das comunicações.

Neste documento, também ficou

registrado que a Frente ficaria organizada em três comissões: uma responsável pela criação de propostas da sociedade civil para o SBTVD e posterior encaminhamento ao governo federal, outra que irá encarregar-se da mobilização e divulgação das ações da Frente, além de elaborar um calendário nacional de atividades, e outra ainda que tratará da intervenção pública, para representação da Frente em comissões e seminários pelo país.

Atividades

Além da participação em audiências públicas e espaços de discussão em todo o País, a Frente protocolou, no dia 11 de abril, junto à Casa Civil da Presidência da República um ofício endereçado à ministra Dilma Rousseff pedindo mais tempo antes da definição do padrão digital de radiodifusão brasileira. No ofício, as entidades exigiam a abertura imediata de consulta pública para colher contribuições a cerca dos documentos produzidos pela Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD), em especial o denominado “Modelo de Referência”, bem como dos relatórios dos consórcios de pesquisa que desenvolveram soluções inovadoras para o SBTVD. O documento também requeria a realização de audiências públicas em todo o País, organizadas e sistematizadas por órgão responsável do governo federal e a reativação imediata das atividades do Comitê Consultivo do SBTVD proponha ações e diretrizes fundamentais relativas ao SBTVD, contando com a participação da sociedade civil no caso da criação de novas instâncias de gestão, elaboração, monitoramento ou debate acerca da formatação e implantação do sistema. Por fim, proponha a promoção de uma campanha publicitária e informativa na mídia brasileira a fim de esclarecer a população sobre o processo de digitalização das comunicações e informar os avanços alcançados pelo SBTVD, além da criação do Sistema Brasileiro de Rádio Digital (SBRD), seguindo os mesmos princípios do SBTVD e obedecendo calendário semelhante.

Por uma TV Globo pública

A inusitada e extemporânea presença do presidente-eleito Luiz Inácio Lula da Silva na bancada do Jornal Nacional, da TV Globo, na já longínqua noite de 29 de outubro de 2002, em 'entrevista' aos apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes, não foi fruto apenas de decisão equivocada de sua, então, inexperiente, assessoria. Ela foi acima de tudo o ato de exibicionismo e afirmação de poder de um grupo empresarial acostumado a impor sobre o espaço público seus interesses privados. Nada justificava perante a nação aquele privilégio jornalístico, principalmente porque o presidente eleito, poucas horas antes, se recusara a responder perguntas de quase 300 jornalistas brasileiros e estrangeiros.

A exteriorização do seu poder político jamais foi problema para a TV Globo. A história recente brasileira está cheia de exemplos disso, desde que a empresa foi criada em 1965, em meio a processo empresarial viciado pela inconstitucionalidade da associação com o Grupo Time-Life. Inconstitucionalidade exposta claramente por Comissão Parlamentar de Inquérito, mas apagada pela ditadura militar mediante ato administrativo arbitrário. Favor que a Globo pagou ao tornar-se a principal porta-voz do regime militar por vinte anos. Porta-voz cujo requinte de subserviência atingiu, talvez, seu ponto máximo quando em 1984 tentou abafar a voz de um povo que, aos milhões, se fazia ouvir na Campanha das Diretas. Dois anos antes, vale lembrar, a Globo vinculou-se ao esquema de fraude destinado a impedir a eleição de Leonel Brizola ao governo do Rio de Janeiro.

Reinstaurada a democracia, em 1985, a Globo, literalmente dona da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), tomou as rédeas do processo constituinte, naquilo que tocava à comunicação social, e tornou-se responsável direta por absurdos normativos até hoje vigentes, como: a transferência para o Congresso do poder efetivo de outorga e de cassação de concessões; a inscrição na Constituição dos prazos de outorga, ao arrepio da mais elementar lógica administrativa; a transformação do órgão regulador proposto em iniciativa popular liderada pela Federação Nacional dos Jornalistas em impotente órgão auxiliar do Congresso Nacional, o Conselho de Comunicação Social, e, depois, impedindo por mais de dez anos a sua instalação. Em 1995, foi da Globo a iniciativa de retirar a

"A maior ameaça à confirmação, consolidação e avanço da democracia no Brasil hoje pode estar menos no Forte Apache, como é conhecido o quartel-general do Exército em Brasília, e mais no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, onde fica a sede das Organizações Globo."

Arquivo Pessoal



regulamentação e regulação da radio-difusão da alçada da nova Lei Geral de Telecomunicações e da Anatel. Em 2001 e 2002 também coube à Globo, em aparente contradição, primeiro, impedir

e, depois, impor ao Congresso a tramitação e aprovação da emenda constitucional que mudou a redação do artigo 222 da Constituição, para permitir o aporte de pessoas jurídicas e de capital estrangeiro no controle das empresas jornalísticas e de radiodifusão. Em 2004, novamente, foi da Globo a liderança do processo que atirou para as calendas a criação de uma agência reguladora para o 'audiovisual e o cinema', a Ancinav. Como em 2006 é da Globo a liderança do processo que visa impor, sem a necessária discussão pública, um sistema de transmissão digital para a televisão terrestre.

Em suma, a maior ameaça à confirmação, consolidação e avanço da democracia no Brasil hoje pode estar menos no Forte Apache, como é conhecido o quartel-general do Exército em Brasília, e mais no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, onde fica a sede das Organizações Globo. Nas democracias, onde mais o autoritarismo resiste é na Empresa, o mais eficaz meio de difusão das ideologias socialmente excludentes. Eficácia que cresce ao paroxismo quando essa Empresa tem a forma de uma instituição de comunicação social, seja jornal, rádio e, principalmente, a televisão. Por isso, mesmo ao risco de pesar demais na retórica, ousar afirmar que publicizar a TV Globo é o maior desafio democrático posto hoje para a sociedade brasileira.

Murilo César Ramos é coordenador do Laboratório de Políticas de Comunicação, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Sócio da ECCO - Estudos e Consultoria de Comunicações.

Desafios da democracia nas malhas da rede

A cibercultura é uma cultura de 'leme' e de 'governo': navegação e governo de si mesmo, governo do coletivo, governo de pessoas livres reunindo-se virtualmente sobre a nova Ágora do mundo, segundo Philippe Quéau, especialista em tecnologias da informação, diretor da Divisão de Informação Ciência da Computação da Unesco. "O ciber nos fornece um leme, o que já é uma grande coisa. Mas cabe a nós mesmos determinarmos a direção do navio. E a melhor direção é o outro", diz.

A popularização da internet em todo o mundo vem confirmando a máxima de que informação é poder. Por meio da rede, é possível acessar o conhecimento produzido nos cinco continentes, assim como participar e intervir em discussões e deliberar acerca de temas de interesse público. A *web* aproxima pessoas e organizações distantes no tempo e no espaço, impulsionando a dinâmica das redes sociais. Mas até que ponto a gestão política e técnica da internet é transparente e democrática para permitir o pleno acesso ao conhecimento e o livre fluxo de informações no planeta?

Os atuais mecanismos de governança global da internet quase não mudaram desde o seu surgimento. Todos os endereços e páginas eletrônicas do mundo são administrados por uma instituição privada sem fins lucrativos, a *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números – Iann), com sede na Califórnia, Estados Unidos. A instituição, vinculada ao Departamento de Comércio dos EUA, se encarrega da gestão de nomes (domínios) e números (do Internet Protocol – IP) dos sites. A discussão está centrada justamente no fato de que não é democrática e nem transparente uma estrutura de governança em que apenas um país pode "aprovar" ou não o que se incluirá ou removerá da raiz de nomes da internet.

O debate sobre a democratização e transparência da Iann é motivo de controvérsias entre governos, empresas e sociedade civil. Há muitas disputas em jogo. A internet é um grande negócio que movimenta bilhões de dólares. A convergência tecnológica entre empresas de computação, telecomunicações, eletroeletrônicos e mídia está formando megaempresas mundiais, poderosas e influentes, que determinam os fluxos de informação e os processos de comunicação no mundo todo. Por outro lado, a internet possibilita o acesso e a disseminação do conhecimento, bem comum da humanidade, em escala global. Como garantir que os valores humanos e a construção de uma cidadania planetária estejam acima dos interesses comerciais?

A governança da internet foi um dos principais temas discutidos na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), encontro promovido pela União Internacional de Telecomunicações (UTI) – vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Realizada em duas etapas – Genebra (Suíça), em dezembro de 2003, e Tunis (Tunísia), em novembro de 2005 –, a Cúpula reuniu nos dois encontros 30 mil participantes de 175 países, com o objetivo de desenvolver a visão de uma sociedade global a partir do uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

Entre as conclusões da CMSI está o reconhecimento de que a governança da internet envolve mais fatores do que

a simples gestão de nomes e números. Inclui aspectos com desdobramentos sociais, econômicos e culturais. Além disso, a CMSI assume que a gestão dos domínios de países (como o ".br") deve ser responsabilidade soberana de cada país. Já os domínios genéricos (".com", ".org", ".net", entre outros) devem ser alvo de políticas públicas feitas em cooperação entre os governos nacionais.

Interesse público

As discussões da Cúpula resultaram na criação, em novembro de 2005, do Fórum de Governança da Internet (IGF), que representou uma vitória para um grupo de países, entre os quais o Brasil, que defendem uma gestão multilateral da internet, transparente e democrática, com a participação dos governos, do setor privado e da sociedade civil. A criação do fórum, que sofria oposição dos Estados Unidos e de seus aliados (Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Reino Unido), foi proposta pelo Brasil e contou com o apoio decisivo da União Européia, além da China e da Índia. O Brasil teve atuação destacada ao anular a resistência de alguns governos à participação da sociedade civil no IGF.

O Fórum de Governança é uma instância criada para debater questões e identificar problemas que prejudiquem o desenvolvimento da internet, especialmente nos países em desenvolvimento. Seu modelo é semelhante ao do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), com conselheiros indicados pelo governo e uma maioria de membros eleitos (pela sociedade civil, setor empresarial e academia). A primeira reunião do fórum será realizada de 30 de outubro a 2 de novembro de 2006, em Atenas, Grécia.

"Não devemos olhar de forma maniqueísta, IGF versus Iann", pondera o professor Demi Getschko, membro do Comitê Gestor da Internet do Brasil e também conselheiro do Iann. De fato, o fórum não tem poder deliberativo e, portanto, não chega a ameaçar a Iann.



Discussões na Tunísia, em 2005, evidenciaram preocupação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação com a governança na internet

O IGF está limitado a promover o diálogo entre os atores envolvidos com a governança. Getschko defende a democratização e internacionalização da Iccann, ao invés de transferir a gestão da internet mundial para outro organismo vinculado à ONU, por exemplo.

Interesses comerciais

“Há vinculação entre a Iccann e empresas privadas, mas é preciso garantir que os interesses comerciais não atentem contra o interesse público”, diz Getschko. Para o engenheiro, deveria caber ao Fórum da ONU o papel de discutir políticas públicas para impedir o controle individual na rede, assim como as fraudes digitais, o *spam*, entre outros temas, a partir de uma cooperação internacional.

Para o assessor do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), José Alexandre Bicalho, que participou dos trabalhos da Cúpula Mundial como membro do Comitê Gestor da Internet do Brasil, a existência do Fórum de Governança é fundamental para discutir a internacionalização e a democratização da gestão da *web*. “Todo o poder centralizado nas mãos de um único país é uma situação claramente não democrática, já que a transparência depende da vontade de quem controla”, afirma Bicalho.

Existem inúmeras barreiras a serem superadas para que a internet seja efeti-

“Todo o poder centralizado nas mãos de um único país é uma situação claramente não democrática, já que a transparência depende da vontade de quem controla. O Fórum de Governança é fundamental para a discussão da gestão da *web*”

José Bicalho

vamente democrática, conforme o diretor de planejamento da Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), Carlos Afonso. A primeira barreira é ter de pagar pelo acesso. Há também o fato de que alguns países não-democráticos impõem restrições aos conteúdos disponíveis *online*. Sem contar que a internet se constitui a partir de uma estrutura operacional controlada por grandes oligopólios. “A internet hoje é um dos maiores negócios do mundo. É preciso estar alerta quanto à governança para não haver controle de um governo ou das empresas comerciais

sobre a rede”, alerta Afonso.

A preocupação dos cidadãos com o futuro da rede não é sem sentido. Está em evidência no mercado norte-americano uma queda-de-braço entre operadoras de telefonia e empresas de internet. As operadoras querem cobrar uma espécie de pedágio para que os sites com conteúdos multimídia, que ocupam espaço maior e tornam lento o tráfego nas redes, sejam entregues com rapidez e qualidade para seus assinantes.

Há outras polêmicas surgindo. Recentemente, *America Online* e *Yahoo!* sugeriram a criação de uma espécie de selo para as mensagens de correio eletrônico. Quem quiser ter garantias de que seus e-mails chegarão aos destinatários desses provedores terá de pagar uma fração de centavo de dólar para a empresa.

A discussão ainda não chegou ao Brasil, mas cabe acompanhá-la de perto. O diretor da Rits elogia o Comitê Gestor da Internet brasileiro, que, segundo ele, é referência mundial como modelo de gestão da internet. Mas Afonso teme um retrocesso. “Precisamos de uma lei que consolide o modelo do CGI para não perder o que já conquistamos”, defende, preocupado em assegurar os direitos dos cidadãos acima dos interesses comerciais ou estatais.

A participação da sociedade civil na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, apesar das dificuldades impostas

por governos não-democráticos, foi considerada fundamental por integrantes da missão brasileira. Tanto que a Agenda de Túnis reservou espaço para a participação direta de representantes da sociedade civil no Fórum de Governança. Mas a dicotomia entre países ricos e pobres deixa em desvantagem os representantes da sociedade civil de nações em desenvolvimento, de acordo com Carlos Afonso. "É preciso estar presente nas discussões e nós, do hemisfério sul, não temos recursos para viajar", diz o diretor da Rits.

A internet tem sido um veículo essencial para a articulação da sociedade civil em escala global. Seria difícil imaginar a realização de um evento como o Fórum Social Mundial, por exemplo, sem a existência da *web*. Organizados em redes, os indivíduos têm a possibilidade de construir uma visão de mundo antagônica à dos donos do poder. A pluralidade de idéias e a diversidade de visões de mundo presentes na internet refletem a existência de antagonismo na sociedade, vital para o aprofundamento da democracia. E para que haja antagonismo é preciso, pois, que haja comunicação.

A emergência dos e-mails, listas de discussões, comunidades virtuais, blogs, está associada justamente às novas possibilidades que as tecnologias trazem de liberação do pólo da emissão, permitindo comunicar, e não apenas receber informações. A liberação do emissor (relativa, como toda liberdade, mas ampliada em relação às mídias de massa) cria o atual excesso de informação, mas também possibilita expressões livres, múltiplas.

Distância de mundos

A comunicação mediada por computador alavanca a chamada nova economia. O cientista social espanhol Manuel Castells, autor da trilogia *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (Editora Paz e Terra), foi um dos primeiros pensadores a identificar as transformações surgidas com as TICs. A economia global se caracteriza pelo fluxo e troca instantâneos de informação, capital e comunicação cultural. Castells alerta que os fluxos condicionam ao mesmo tempo a produção e o consumo. A dependência em relação aos novos modos de fluxo informacional dá um enorme poder de controle sobre a sociedade àqueles em posição de controlá-la.



Bicalho acha que o IGF é fundamental para discutir a internacionalização e democracia na web

Na mesma medida em que as tecnologias da informação e da comunicação encurtam as distâncias, também aprofundam o fosso entre ricos e pobres. As TICs se desenvolvem impulsionadas pelo sistema capitalista e, portanto, reproduzem as desigualdades sociais e econômicas existentes no planeta. Cerca de 68% dos usuários da internet são de países desenvolvidos contra apenas 32% nos países em desenvolvimento, conforme as Nações Unidas. No Brasil, o universo de

usuários ultrapassa os 21 milhões (Ibope/NetRatings), número ainda pequeno se comparado aos de países como os Estados Unidos. Em todo o mundo, são mais de 840 milhões de usuários.

Quanto à distribuição dos conteúdos que se lêem nas páginas disponíveis na rede, também há desequilíbrio entre Norte e Sul. Os Estados Unidos concentram 76% do total de servidores de internet (*hosts*), indicando um descompasso nas trocas e fluxos de informação.

Entenda a gestão de nomes de domínios da internet

A Icanm é responsável por administrar e coordenar o Sistema de Nomes de Domínio de modo a garantir que todo endereço seja único e que todos os usuários da Internet encontrem todos os endereços válidos. A corporação garante isso ao supervisionar a distribuição de endereços IP e nomes de domínio exclusivos. Ela também garante que cada nome de domínio corresponda ao endereço IP correto. Assim, ao invés de digitar uma seqüência de números difícil de ser memorizada, basta digitar o nome do site.

Domínio é um nome que serve para localizar e identificar conjuntos de computadores na internet. O nome de domínio foi concebido com o objetivo de facilitar a memorização dos endereços de computadores na internet. O Sistema de Nomes de Domínio, ou Domain Name System (DNS), é um sistema de resolução de nomes de domínio da internet que funciona de forma distribuída (vários Servidores de Nomes

administrados de forma independente ligados à rede) e hierárquica (estes Servidores de Nomes estão vinculados a uma estrutura hierárquica comum de nomes de domínio). Ele é utilizado de maneira transparente pelos usuários da internet, de modo a prover qualquer programa de comunicação e acesso (um navegador) a conversão do nome de domínio para endereço deste recurso ou computador (endereço IP).

O nome de domínio, que é traduzido por este serviço, está estruturado em níveis hierárquicos. Chama-se Domínio de Primeiro Nível (DPN) o nível mais abrangente dessa estrutura. Existem vários DPNs tradicionais, como por exemplo: *.com* (comercial), *.gov* (governo) e *.mil* (militar), associados ao registro de nomes dos Estados Unidos. Em outros países, na maioria das vezes, é adicionado um código de país para designar o DPN. Ex: *com.es* (Espanha), *com.fr* (França), *com.ca* (Canadá) e *com.br* (Brasil).

Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil, em março, o número de domínios “.br” chegou a 899.044. Deve chegar a 1 milhão até o final do ano.

Principalmente após a decisão norte-americana de invadir o Iraque, em 2003, contrariando a ONU, a confiança dos países europeus nos EUA já não é a mesma. Além disso, sabe-se que o Departamento de Defesa e a Agência Nacional de Segurança (NSA) possuem base de dados (projeto *Echelon*) que monitora todas as mensagens eletrônicas em circulação, incluindo e-mails e chamadas de celular. A União Européia suspeita que o Echelon já tenha sido utilizado para fins comerciais numa concorrência entre empresas americanas e européias. “É necessário que certas decisões, por exemplo, sobre a quebra de sigilo não sejam tomadas por um único país”, defende Bicalho. “Ninguém quer um único país com poder de veto”, concorda Getschko.

Como conciliar interesses tão distintos? A resposta continua em aberto. De qualquer forma, é preciso assegurar a existência de instâncias e mecanismos participativos, transparentes e democráticos para garantir que a tecnologia seja adaptada para atender às necessidades da sociedade, mais do que a sociedade deve se conformar às exigências da tecnologia.

Sociedade civil

A cooperação entre governo e representantes do terceiro setor destacaram o Brasil durante as discussões da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI). Segundo Everton Frask Lucero, chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a convocação da CMSI pela ONU marcou a tomada de consciência, por parte da comunidade internacional, de que a sociedade da informação é um dos grandes temas do mundo contemporâneo. Segundo Lucero, isso faz sentido, porque as tecnologias da informação e comunicação estão transformando o jeito como as pessoas trabalham, conversam, aprendem e se divertem. “E, se ainda não estão acessíveis a todos, é nossa responsabilidade fazer com que cheguem. Daqui em diante, o debate está aberto, e questões como a inclusão digital e a governança da internet serão discutidas com profundidade e

intensidade crescentes”, diz.

O tema entra na agenda internacional associado à Declaração do Milênio da ONU, que estabelece metas globais de desenvolvimento como a universalização do ensino fundamental e o combate à pobreza extrema. Conforme a Declaração de Tunis, os países membros da ONU afirmaram que as TICs não devem ser tratadas como um fim em si mesmas, mas como meios para a busca do desenvolvimento social e humano em todo o mundo. Admitiram que, no mundo contemporâneo, a diferença entre os indivíduos e grupos sociais que têm acesso pleno às tecnologias mais modernas e aqueles com pouco ou nenhum acesso a elas se reflete na qualidade de vida. Concordaram que a internet, o ponto de convergência de todas essas inovações, deve ser posta ao alcance de todos, em todo o mundo, e nas mesmas condições de acesso.

Para Lucero, por mais caótica que a internet pareça, ela precisa de um alto grau de coordenação para funcionar corretamente. “É preciso garantir, por exemplo, que todo o usuário que digite www.mre.gov.br em seu navegador seja levado à mesma página, e que ela seja, de fato, aquela mantida pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Além disso, a internet trouxe novos problemas como o *spam* (envio de mensagens não desejadas, geralmente publicitárias) e fraudes digitais (interceptação e uso ilícito de senhas pessoais, por exemplo), que

Arquivo Pessoal



Getschko defende a internacionalização da Icann

necessitam regulamentação coordenada entre o maior número possível de países, sem o que seria impossível avançar”, diz. Assim, explica Lucero, não adianta, por exemplo, o Brasil criar isoladamente leis punindo o *spam* e as fraudes digitais, pois mensagens incômodas e ataques à privacidade continuarão a atingir usuários no país por iniciativa de pessoas que estejam no exterior, e a quem essas leis não poderão ser aplicadas. “Os atuais mecanismos de governança global quase não mudaram desde a sua criação, e até hoje não há um foro específico de cooperação entre os governos para dar encaminhamento a problemas como esses. É necessário, portanto, que a governança global da internet seja exercida de forma multilateral, transparente e democrática”, defende Lucero. Esses são alguns dos desafios atuais para a comunidade internacional no que diz respeito à governança da internet. Para o governo brasileiro, que apoiou a Agenda de Tunis, é importante o papel da sociedade civil na evolução da internet, que tem sido um veículo essencial para a articulação da sociedade civil em escala global.

O Fórum de Governança na Internet (IGF) terá participação direta de representantes da sociedade civil, de governos e da iniciativa privada. “O governo brasileiro pretende estar trabalhando em estreita coordenação com os representantes do terceiro setor, a exemplo do que vem fazendo no âmbito do Comitê Gestor da Internet no Brasil. O combate ao ‘hiato digital’ depende em muito da capacidade de articulação entre governos, sociedade civil, academia e iniciativa privada”, diz o representante do Itamaraty.

Para saber mais:

<http://www.cg.org.br>
(Comitê Gestor da Internet no Brasil)

<http://www.itu.int/wsis/>
(Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação)

<http://www.igfgreece2006.gr/>
(Fórum de Governança na Internet)

<http://www.icann.org.br/index.html/>
(Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números)

Liberação dos recursos do Fust ainda não tem data para ocorrer

“O Brasil que não estava no mapa diz alô”, estampa o site da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), criada em 1997, através da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), teoricamente para tirar o país da idade da pedra e avançar rumo à modernidade da comunicação. A privatização dos serviços de telecomunicações iria preencher o espaço que a estatal Telebrás se mostrava incapaz de ocupar. As empresas prestadoras desses serviços (teles) fariam o atendimento gradual e contínuo da população brasileira, em qualquer ponto do território nacional, independente de sua localização geográfica ou condição social. Passados oito anos, muita coisa mudou. O avanço é evidente, mas a universalização dos serviços inexistente.

Os motivos são variados, liderados pelos interesses econômicos, respaldados pela ausência de ação do governo. O artigo segundo da LGT estabelece que o Poder Público tem o dever de garantir a toda a população o acesso às telecomunicações, com tarifas e preços razoáveis e em condições adequadas. Em relação aos preços mais acessíveis, o constante abandono da telefonia fixa em contraponto ao crescimento do uso do telefone celular pré-pago são indicadores significativos de que o barateamento não ocorreu. Como as teles estão sempre entre as principais empresas acionadas na Justiça, pelos seus usuários, em todo o país, fica fácil concluir que não há exata conformidade com o objetivo da lei. Então como atender a toda população?

Alguns dados, levantados pelo engenheiro eletrônico Israel Bayma, especialista no assunto e um dos co-autores da lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), mostram com clareza esta dificuldade. Das 174.901 escolas públicas do Brasil, 70,31% não possuem computadores e 50,8% não têm sequer uma linha telefônica. A dimensão do país e sua concentração demográfica são fatores que incidem sobre o problema, mas a falta de políticas públicas capazes de resolvê-lo

dão um colorido dramático à situação. O Fust, criado pela lei 9.998, em agosto de 2000, tem por objetivo subsidiar as obrigações de universalização assumidas por concessionárias que operam em regime público. Ao recolher recursos de todas as operadoras e aplicá-los através das concessionárias, o fundo deveria cumprir o papel de instrumento de transferência de renda e implementação de políticas públicas, tendo como fim a inclusão social, mas isso não ocorre.

Embora os recursos sejam arrecadados desde 2001 (as contribuições somam atualmente 4 bilhões de reais), sua aplicação ainda não começou. A questão é: como estes bilhões não são aplicados em demandas tão urgentes?

Divulgação



Telefone público adaptado para deficientes auditivos

O montante está contingenciado pelo Tesouro, e mesmo o valor não é oficial, sem haver quem o confirme. Os recursos do Fundo são formados pela contribuição das operadoras que operam em regime público e privado, fixados em 1% da receita mensal operacional bruta, deduzidos o ICMS, o PIS e o Cofins. Recebe também repasses de 50% de parcelas que compõem receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), e todo produto arrecadado com a cobrança do preço público, pela agência, com transferências de concessão, permissão e autorização de serviços de telecomunicações ou radiofrequência. A lei impõe ainda que a União contribua financeiramente para a formação da receita do Fust, com dotações orçamentárias anuais, podendo o fundo receber outros recursos diversos.

Para Bayma, o Fust se justifica porque o atendimento a regiões pobres, regiões distantes, famílias de baixa renda, nem sempre repõe os gastos das prestadoras com o investimento e operação. “O Fust é a solução possível de subsídio à universalização em um regime competitivo, substituindo o subsídio cruzado apenas viável em regime de monopólio”, afirma. O artigo quinto da lei do Fust indica que seus recursos serão aplicados em programas, projetos e atividades em consonância com plano geral de metas para universalização dos serviços de telecomunicação.

Embora não tenham sido contemplados até hoje, os objetivos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações são simples e claros:

- atendimento a localidades com menos de cem habitantes; implantação de serviço telefônico em condições favorecidas, estabelecimentos de ensino e instituições de saúde;
- implantação de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive internet;
- implantação de redes digitais;
- redução das contas de serviços de estabelecimentos de ensino e biblio-

tecas para utilização de serviços de redes digitais de informação, com benefício preferencial à população carente;

- instalação de redes de alta velocidade; atendimento de áreas remotas; implantação de telefonia rural;
- fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes; entre outros.

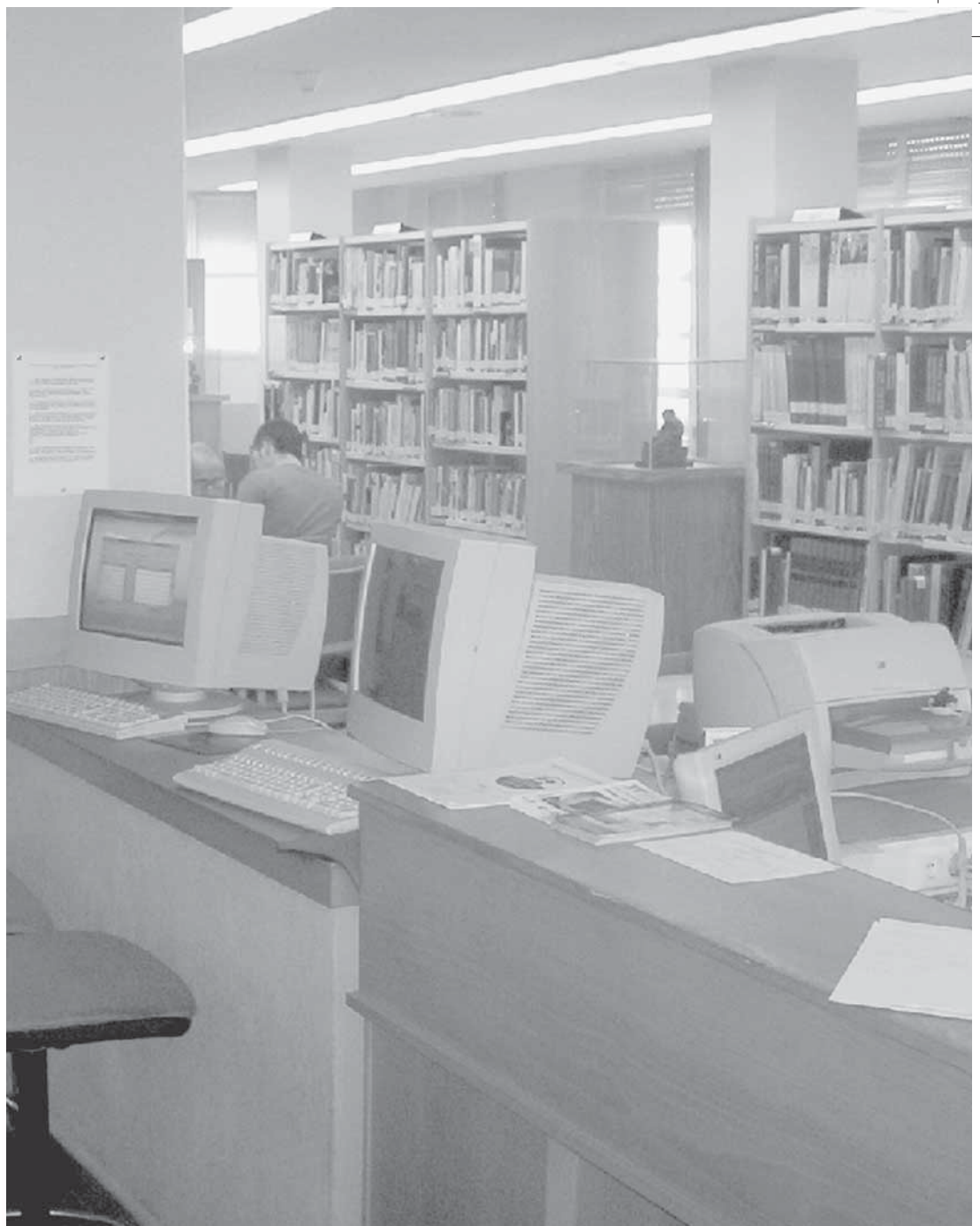
Passados cinco anos da edição da lei que instituiu o Fust, sem a aplicação dos recursos arrecadados, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria determinando ao Ministério das Comunicações (Minicom) uma série de medidas para utilização imediata dos valores. No seu relatório, divulgado em dezembro, o TCU recomendou à Casa Civil que acompanhe os passos do Minicom. O objetivo é a adoção de um papel ativo no processo de coordenação de políticas governamentais de inclusão digital junto ao Ministério.

A auditoria do Tribunal de Conta da União concluiu que as barreiras que impedem a aplicação dos recursos do Fust não estão relacionadas à eventual impropriedade na legislação que rege o Fundo. Para o ministro relator, Ubiratan Aguiar, era necessário verificar por que os recursos não eram repassados para cumprir sua função social. “O que se verificou é que não houve nenhum impedimento legal, mas uma falta de empenho do Minicom – responsável pela gestão dos recursos – em indicar prioridades e planejar estratégias de desenvolvimento”, garante Aguiar.

Todavia, segundo a assessoria do Ministério das Comunicações, há um impedimento para sua utilização, restrita ao Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), enquanto suas principais demandas estão vinculadas a soluções que requerem banda larga. O ministro Hélio Costa encaminhou ao Congresso um projeto de alteração na lei do Fust, incluindo a conexão em banda larga.

Segundo a jornalista Lia Ribeiro Dias, diretora editorial do informativo *Tele. síntese Análise*, especialista no assunto, faltou vontade política, a este e ao governo anterior, para resolver o impasse. “Há uma contradição, um impedimento legal para que sejam cumpridos os objetivos. Enquanto a lei não for alterada, teremos telefonia fixa de baixa qualidade e alto custo”, avalia.

Mas a auditoria do TCU foi munição mais do que suficiente para o lançamento da campanha *Fust Já*, liderada pelo Comi-



Bibliotecas para utilização de redes digitais são uma promessa de atendimento através do Fust

tê para a Democratização da Informática (CDI), com apoio de entidades ligadas à democratização da comunicação como a Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits) e o Movimento pelo Software Livre. O objetivo é pressionar o governo para a liberação dos recursos, de forma democrática e transparente.

O Minicom, enfim, começou a se mexer, apesar da negociação do ministro Hélio Costa com o Planalto (de incluir R\$ 650 milhões no orçamento de 2006) ter acabado em magros R\$ 10 milhões. Também foi assinada, recentemente, a portaria que coloca em consulta popular um programa voltado aos deficientes, o primeiro com recursos do Fundo, cerca de R\$ 7 milhões. Segundo a assessoria de comunicação do Ministério, há um esforço para instalar telefone fixos em 100 mil escolas que não possuem linha. São

70 mil na área rural e 30 mil em zonas urbanas.

Para o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a lei do Fust está defasada e deve ser adaptada à nova realidade mundial, cujo conceito de inclusão digital vai além da simples instalação de um telefone. De acordo com Celso Schröder, coordenador-geral do FNDC, “a inclusão digital deve partir do incentivo à implantação de um complexo industrial microeletrônico (para produção de semicondutores, microprocessadores, circuitos integrados) que gere economia de escala para o Brasil. Mais do que levar telefone ao interior do país, o Fust deveria subsidiar um pacote básico de serviço de telecomunicações que ofereça, além da voz, acesso à internet em banda larga e mais alternativas de canais de TV”.

Educação crítica para as mídias: espaço curricular ou extra-classe?

A música que toca no rádio, o jogo de video-game, a foto na capa do jornal. O site de bate-papo, o cabelo da moça na novela, o brinquedo no comercial. A mídia está no dia-a-dia das milharas de crianças e jovens brasileiros. Nas escolas, no entanto, ainda não tem espaço garantido.

A educação para recepção crítica dos meios de comunicação, internacionalmente conhecida como "*Media Literacy*", pressupõe o entendimento do processo de elaboração dos produtos midiáticos, a discussão do que é apresentado e até produção de conteúdo.

No Brasil, não há formulação na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996 – responsável por estabelecer as linhas de atuação da educação no país – que atenda à questão da educação para a mídia. Sua prática, ao longo das últimas décadas, se constitui da iniciativa de entidades e grupos autônomos que se preocupam com a questão. Como trabalho transdisciplinar, aparece em atividades isoladas nas aulas de matérias diversas.

Especialistas dividem suas opiniões a respeito da criação de uma disciplina específica e avaliam se esse mecanismo garantiria uma discussão aprofundada sobre a mídia nas escolas. "Esse pode ser um começo, mas a discussão não deveria ficar isolada", diz a professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) Eliany Salvatierra. A pesquisadora, que trabalha com o conceito de *Educomunicação*, uma nomenclatura apresentada pela primeira vez no Brasil pelo professor Ismar de Oliveira Soares, também da USP, entende que o processo deve ser fundamentalmente de gestão comunicativa. "Isso significa tornar os alunos agentes do processo de planejamento, implementação e avaliação das atividades", diz.

O Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA-USP mantém projetos que desenvolvem a Educomunicação através de diversas atividades. O projeto

Educom.rádio, que existe desde 2000, é um exemplo. Desde seu surgimento até o ano passado, 1,5 mil escolas já haviam participado do trabalho. Dentro deste projeto, alunos e professores são capacitados para utilizar a linguagem radiofônica e desenvolver programas que atendam necessidades da escola e discutam a realidade de São Paulo.

Em 2004, a iniciativa se expandiu para a região Centro-Oeste do país, nos estados de Goiás, Mato-Grosso e Mato Grosso do Sul. Através de um convênio com o Ministério da Educação, o NCE promoveu um curso de capacitação de docentes a distância. Ao todo, 70 escolas foram atendidas nos três estados.

O NCE promove também o *Educom.tv*, voltado para a produção audiovisual. O projeto *Tôdeolho.tv*, dirigido ao público jovem, traz o desafio de manter a dinâmica colaborativa, multicultural e educacional do CAAP (sigla em inglês para Aliados pela Comunicação ao Redor do Mundo) e exercitar um olhar diferenciado frente à programação televisiva e projetos de educação voltados para comunidades específicas.

Professor atento

Como não há espaço oficial, não há tampouco preocupação com uma formação específica dos profissionais que trabalham na rede pública de ensino. Para a professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) Denise Cogo, o importante é promover a formação dos professores, cuidando para que não seja feita uma doutrina ao invés da discussão crítica sobre os meios de comunicação. "É preciso estar atento àquele ranço azedo que enxerga a mídia como manipuladora", destaca. Denise é responsável pelo grupo de pesquisa *Mídia e Multiculturalismo*, do programa de pós-graduação em Comunicação Social da Unisinos e foi coordenadora do projeto de Leitura Crítica da Mídia (LCM) desenvolvido pela União Cristã Brasileira

de Comunicação Social (UCBC) no início dos anos 90.

O LCM é um programa que tem como objetivo possibilitar, especialmente a grupos organizados da sociedade civil como igrejas, movimentos sociais e escolas, o acesso a instrumentos que permitam um maior conhecimento de todo o processo da comunicação. Segundo um dos coordenadores do projeto, Elson Faxina, a proposta do LCM é ser "um instrumento a mais a serviço da população na sua luta pela conquista da cidadania, pela construção de padrões éticos de comportamentos sociais e disputa, especialmente por parte das igrejas, da hegemonia na construção de valores sociais que superem os aprisionamentos a que o ser humano tem sido submetido, quase sempre ser dar-se conta". O LCM surgiu na década de 80 e está organizado em módulos que orientam o trabalho junto aos jovens: explicitação dos valores dos Meios de Comunicação Social, análise do Processo de Comunicação e explicitação dos Valores do Grupo. Em fase de formação de capacitadores, o LCM da UCBC passa atualmente por um processo de revisão.

O deputado federal Orlando Fantazzini (PSOL-SP) também acredita que o mais importante é preparar os professores para agirem de maneira crítica frente ao conteúdo veiculado pela mídia. "É preciso formar o profissional para que ele tenha noção da necessidade de avaliar criticamente os veículos de comunicação social", afirma o deputado, que integra a campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", preocupada com a qualidade dos programas de televisão. "A educação vem a serviço de uma postura crítica frente ao que nos é oferecido como programação. Ela é fundamental. Os brasileiros querem mudar o perfil dos meios de comunicação de massa, na busca pela valorização da dignidade humana na TV", avalia Fantazzini.

Eliany Salvatierra defende a criação



Crianças são consideradas alfabetizadas quando estão habilitadas a ler, compreender e formular pensamento crítico sobre a informação que recebem

de uma política pública de preparação dos docentes para trabalhar a questão da comunicação em sala de aula sempre que possível. Entretanto, ela acredita que com a figura de um professor especialista, o processo poderia ficar muito centralizado. Para Denise Cogo, “a sociedade toda deveria estar preparada para entender o funcionamento dos veículos de comunicação”.

No Canadá

Há quem entenda que a Leitura Crítica da Mídia deva ser inserida no currículo do ensino formal. O Canadá, por exemplo, instituiu a *media literacy* em sua grade curricular, em todas as 10 províncias e nos três territórios que compõem o país. “Como um ‘ratinho atrás do elefante’, o Canadá precisava ficar atento aos reflexos da produção do gigante vizinho, os EUA, na sua própria cultura”, define Warren Nightingale, um

dos pesquisadores do *Media Awareness Network* (MNet) – que em português significa algo como Rede de Consciência para os meios – uma entidade não-governamental que congrega educadores e interessados em Educomunicação naquele país.

Os estudos começaram a ser desenvolvidos ainda na década de 60, no formato da “*screen education*”, onde estudantes secundaristas trabalhavam cooperativamente para produzir vídeos que seriam posteriormente analisados por seus colegas e professores. Estes cursos passaram pela reforma que alterou o sistema de educação do Canadá na década de 70 e 80, mas a educação para a mídia só foi realmente se estabelecer como disciplina na década de 90, após a última grande reformulação educacional.

Embora cada província tenha o seu próprio sistema de educação, a colaboração no desenvolvimento de uma estru-

tura curricular com as mesmas disciplinas centrais – através do *Western na Northern Canadian Protocol for Collaboration in Education* (WNCP) e o *Atlantic Provinces Education Foundation* (APEF) – resultou na garantia da educação para a mídia em todas as localidades do país. “É agora amplamente aceito nos círculos que discutem educação, que, para serem considerados alfabetizados, crianças e jovens precisam estar habilitados a ler, compreender e formular pensamento crítico sobre a informação em suas mais diferentes formas”, diz Nightingale, do MNet. “Construir um significado das representações orais, impressas e outros formatos de mídia é fundamental para vivermos em democracia. Os estudantes irão ouvir, falar, ler, escrever e ver, demonstrar compreensão e responder criticamente aos formatos orais, impressos e outros textos de mídia”, está escrito na Resolução nº 2 das Diretrizes para Inglês, Línguas e Artes do WNCP.

Meias-verdades e completas mentiras

Uma boa campanha de desinformação, que a mídia corporativa usualmente promove quando está em causa a regulação do setor, se nutre de meias-verdades e completas mentiras. Quando ela dizia, por exemplo, que o projeto de transformação da Ancine em Ancinav (Agência Nacional de Cinema em Agência Nacional de Cinema e Audiovisual) visava censurar a televisão e o cinema, tratava-se de pura mentira. Martelada mil vezes, tornou-se verdade para a opinião pública e aniquilou uma iniciativa progressista, que contribuiria muito para corrigir as distorções e fazer avançar o audiovisual brasileiro.

Agora, quando se trava uma batalha cruenta para garantir que a introdução da TV digital beneficie amplamente a sociedade brasileira, em vez de tão somente os mesmos radiodifusores de sempre, o exército da mídia vai ao front com as duas armas. Ora apresenta apenas metade dos fatos, como se fosse a verdade inteira, ora mente com a desfaçatez costumeira, certo de que verá sempre o triunfo da sua vontade. Dois argumentos apresentados pelo *lobby* dos radiodifusores são exemplares dessas técnicas alternadas de manipular as informações e confundir as pessoas.

O primeiro deles é o de que a televisão aberta é “gratuita”, como insiste o filme institucional que as emissoras estão veiculando, para por o público a seu lado na defesa do padrão japonês de TV digital. É gratuita, segundo eles, porque basta ligar o televisor e assistir, sem pagar nada a ninguém, como pagam os assinantes de TV a cabo ou os usuários que baixam vídeos nos celulares. A meia verdade, no caso, é que, de fato, o telespectador não tem um desembolso adicional para ver a programação. Mas a meia mentira é que o serviço oferecido a ele está longe de ser gratuito.

A TV aberta é sempre paga pelo telespectador. Canais públicos são financiados por governos, portanto, com dinheiro de impostos. E canais privados são custeados pela publicidade comercial, portanto, por verbas extraídas do preço final dos produtos e serviços. Os custos de comunicação embutidos em tudo aquilo que as pessoas consomem podem oscilar de 2% a até 10% do preço cobrado a elas. Se fizerem com esses custos o que alguns querem fazer com os impostos – especificá-los nas notas fiscais de compra – os consumidores/telespectadores vão se surpreender

com o que gastam para sustentar a maravilhosa TV aberta “gratuita” que lhes é oferecida.

O segundo argumento, utilizado amiúde para cobrar urgência na definição do modelo de TV digital, é o de que “estamos ficando para trás” e o

Brasil terá grande prejuízo com o “atraso”. Ora, qual é exatamente o prejuízo que as emissoras têm, com a indefinição na TV digital? Não há prejuízo nas suas transmissões, posto que elas operam normalmente, o público acompanha a programação e os anunciantes pagam pela publicidade veiculada. Haverá prejuízo, então, na venda de programas ao exterior, aos países que já implantaram a TV digital? A resposta também é não.

As emissoras exportadoras utilizam há tempos sistemas digitais de captação e edição de imagens, e já estão usando, inclusive, a alta-definição, na produção de telenovelas, minisséries, shows, esportes, etc. Assim sendo, elas têm todas as condições de enviar os seus produtos para qualquer mercado do mundo, prontos para serem transmitidos pelas emissoras locais. Não se justifica a pressa em definir o modelo brasileiro de TV digital – a não ser para que ele sirva ao congelamento do mercado atual de televisão, impedindo a entrada de novos competidores e preservando os interesses hoje consolidados.

A comunicação social é uma instituição central nas sociedades contemporâneas e o desafio está em regulá-la democraticamente, harmonizando uma vasta gama de interesses particulares. Mas convém à preservação de um valor maior – o interesse público – que isso seja feito com um debate aberto e honesto, sem meias-verdades nem mentiras.

“A meia verdade, no caso, é que, de fato, o telespectador não tem um desembolso adicional para ver a programação. Mas e meia mentira é que o serviço oferecido a ele está longe de ser gratuito.”



Arquivo Pessoal

Gabriel Priolli é Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), membro do Conselho de Comunicação Social (CCS)

Meninada do sertão nordestino produz informação

Fundação Casa Grande / Divulgação

É numa cidade distante 584 quilômetros de Fortaleza, no Ceará, que existe a Casa Grande. Fachada caiada de azul contrastando com o colorido laranja da terra: lá em Nova Olinda, em meio ao sertão nordestino, funciona a sede de um projeto onde, há 14 anos, crianças vêm produzindo comunicação dirigida para crianças. Batizada Memorial do Homem Kariri, a Casa foi inaugurada no dia 19 de dezembro de 1992, pelo casal de músicos Alemberg Quindins e Rosiane Limaverde. A idéia inicial do projeto era resgatar as lendas, mitos e a arqueologia da tribo Kariús-Kariris, que antes habitava a região. "Com a restauração da casa, as crianças foram chegando espontaneamente, atraídas pela novidade", conta Alemberg, que junto com Rosiane passou a dar suporte às brincadeiras. Logo a meninada estava organizando campeonatos e levando para a Casa atividades que eram próprias do seu cotidiano.

Aos poucos, o projeto foi se expandindo. Com a reativação da antiga rádio poste da cidade, chamada "A Voz da Liberdade", a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri ganhou mais um sobrenome: Escola de Comunicação para a Meninada do Sertão. Hoje, a "Casa Grande FM" vai ao ar diariamente, com programação das 5h às 22h. Os 14 programas das emissões comunitárias só atingem a região de Nova Olinda, mas um projeto de rádio educativa já foi encaminhado. "A outorga está parada há dois anos. Falta só a assinatura do ministro da Comunicações", diz Alemberg. Se o canal for concedido, a rádio aumentará seu alcance em 150 quilômetros.

Com a TV Casa Grande, os meninos passaram a exercitar a reflexão sobre a produção audiovisual. No entanto, com o transmissor lacrado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), hoje a produção só é exibida uma vez por semana, antecedendo as sessões de cinema que ocorrem na casa aos sábados e domingos, reunindo boa parte da comu-



Na Fundação Casa Grande, as crianças brincam enquanto aprendem sobre cidadania e comunicação

"Muitas vezes, o aprendizado na escola é superficial. A mídia tem o potencial de despertar o conhecimento natural, interior "

Meires Moreira

nidade local. O programa *Sem Canal*, segundo Alemberg, parodia o *Canal 100* (cinejornal brasileiro exibido antes dos filmes nos cinemas entre o final da década de 50 e 1986) e critica a situação criada pelo lacre da Anatel.

Cerca de 70 crianças da comunidade com idades entre 5 e 18 anos desenvolvem arte, memória, comunicação e turismo. Eles são responsáveis pela produção, elaboração e apresentação de todo o conteúdo transmitido pelos veículos da Casa, além de exercer funções de direção, monitoria e gerenciamento. A capacitação é feita através de oficinas ministradas pelos próprios jovens que cresceram no projeto.

Meires Moreira, atual diretora pedagógica da Casa, frequenta a Fundação desde os 10 anos de idade.

Nascida numa família de 17 irmãos, que mora num sítio próximo à cidade, ela foi uma das primeiras crianças a chegar, ainda em 1993, como aluna na escolinha de educação artística. Mais tarde, foi recepcionista da Casa Grande, diretora de manutenção, de cultura, da rádio, bibliotecária, gerente do Memorial do Homem Kariri e também da editora, onde era responsável por um jornal mural e pelas revistas em quadrinhos. Ao ingressar no Curso de Pedagogia, na Universidade Regional do Kariri, no município de Crato, cerca de 40 quilômetros de Nova Olinda, Meires assumiu a direção pedagógica. "Muitas vezes, o aprendizado na escola é superficial. A mídia tem o potencial de despertar o conhecimento natural, interior", reflete Meires.

Mais que operar uma câmera de vídeo, lidar com equipamentos de rádio, fazer um jornal ou escrever um roteiro, as crianças da Escola Meninada do Sertão fazem um efetivo exercício de cidadania. A Casa conta com a parceria de instituições como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Instituto Ayrton Senna, os governos estadual e municipal e as Universidades Federal do Ceará e Regional do Cariri. Através da Unicef, a semente plantada em Nova Olinda agora dá frutos na África, em países como Angola e Moçambique.

“Guerra do Cabo” resultou no primeiro avanço democrático nas comunicações

A aprovação sem vetos, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1995, da Lei 8.977, que regulamenta o serviço de TV a Cabo no Brasil, foi uma grande conquista para o país, em termos de políticas de comunicação, porque ordenou, com mecanismos modernos de controle público, uma atividade explorada por empresas privadas, sem precisar estatizá-las. Esse avanço, entretanto, só foi possível através da atuação de movimentos sociais organizados e associados, que travaram uma verdadeira “guerra” contra as negociatas praticadas entre empresários e governo, em diferentes ocasiões, num embate iniciado duas décadas antes.

Tentativas de implantação dos serviços de TV a Cabo via decreto, sob medida para empresários e políticos interessados em dominar o mercado brasileiro, vinham se repetindo governo a governo – e sendo desarticuladas mediante intervenção da sociedade civil – desde 1975, quando a Associação para a Promoção da Cultura (APC) denunciou, pela primeira vez, um conluio entre as organizações Globo, indústrias eletrônicas e ex-dirigentes do Ministério das Comunicações. Foi uma manobra ousada, feita com muito temor, em época de intensa repressão política, mas que acabou dando certo. No início dos anos 90, uma nova tentativa de regulamentar a TV a Cabo via decreto deparou-se com outro movimento organizado estrategicamente: o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), na época formado por 44 comitês regionais, em 20 estados, reunindo 32 entidades nacionais.

Em uma audiência pública no Ministério da Infra-estrutura, em Brasília, em julho de 1991, para tratar da implantação

da TV a Cabo no Brasil, onde participavam representantes de grandes entidades empresariais, a equipe técnica da Secretaria Nacional de Comunicações (SNC)¹, o FNDC expôs teses sobre o impacto econômico, político e cultural produzido pela TV a Cabo e criticou a falta de debate público. “Foi a primeira audiência pública da história do Brasil. Queríamos fazer uma legislação nova para as comunicações, pois os serviços que existiam, na época, eram muito frágeis. Tínhamos que disciplinar o mercado que surgia”, conta Sávio Pinheiro, autor da proposta da audiência, que na época era Secretário dos Serviços de Comunicação do governo.

Início de conversa

“O impacto das intervenções do Fórum foi significativo, como ficara evidenciado pelas reações de estupefação e impaciência dos representantes do empresariado lá presentes, bem como das autoridades da SNC. E partiu destas a primeira iniciativa, ao chamarem

os representantes do FNDC para uma reunião na manhã do dia seguinte”, relata o professor Murilo César Ramos, da UnB, no artigo *Televisão a Cabo no Brasil: Desestatização, Reprivatização e Controle Público*. “Pela primeira vez, na história das comunicações brasileiras, entidades profissionais, sindicais e acadêmicas foram reconhecidas como interlocutoras formais num processo de definição de política pública na área que, certamente, fora sempre a mais impermeável no aparelho de Estado brasileiro a esse tipo de diálogo”, escreve. Ramos participou da luta, mais tarde batizada “Guerra do Cabo”.

Desafiado por membros do governo a apresentar propostas, o FNDC elabora um projeto de lei (PL), apresentado na Câmara Federal pelo deputado Tilden Santiago (PT-MG). O PL estava ancorado em três princípios básicos: *reprivatização, desestatização e controle público*. Murilo Ramos relata que, apesar de algumas deficiências técnico-legislativas, o projeto cumpria o objetivo principal que era inviabilizar as iniciativas de regulamentação do Executivo.

O PL proposto pelo FNDC foi discutido dentro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Assessoramento da Câmara dos Deputados durante o segundo semestre de 1992 e o início de 1993, em reuniões que colocaram frente a frente setores do empresariado de comunicação, da indústria, dos operadores, instaladores de redes de telecomunicações, a Universidade de Brasília, o FNDC e o (já refeito) Ministério das Comunicações.

O grupo fora convocado pela deputada Irma Passoni (PT-MG), presidente da Comissão. “Após as primeiras reuniões, começou a ficar evidente para a representação do Fórum que era necessário estender o alcance da discussão para

o campo das comunicações em sentido lato, assumindo como ponto de partida a convergência tecnológica que fazia da cabodifusão muito mais do que um serviço de oferta de sinais de televisão por cabos”, relata Murilo Ramos. Segundo ele, foi a partir dessa constatação que, por iniciativa da representação do Fórum, acabaram juntando-se ao núcleo inicial do grupo de assessoramento da Comissão da Câmara representantes do grupo empresarial ABC Algar, proprietário da ABC Xtal, maior fabricante brasileira de fibras ópticas, e do Sistema Telebrás, estatal, que, de forma independente da Secretaria Nacional das Comunicações, vinha conduzindo estudos próprios sobre sua entrada no mercado emergente de TV a Cabo como “transportador” de sinais de TV pelas redes de suas empresas controladas. O grupo foi dissolvido quando o deputado Maluly Neto (PFL-SP) assumiu a presidência da Comissão. Neto foi um dos empresários beneficiados com uma das concessões para operar radio-difusão distribuídas por José Sarney no final de seu mandato como presidente da República.

A Telebrás, que na época era a empresa estatal brasileira para serviços de telefonia fixa e móvel celular (nomenclatura usada então), entrava na luta. “Tínhamos o entendimento de que a TV a Cabo também era um serviço de telecomunicação, e queríamos explorar o serviço”, lembra Juarez Quadros, diretor da estatal no período entre 1990 e 1995. Quadros, que mais tarde se tornaria um dos ministros das Comunicações do governo Fernando Henrique Cardoso, conta que a Telebrás participou das discussões com o propósito de garantir aberturas no texto do projeto de lei para que pudesse entrar na disputa com as operadoras privadas, que tinham prioridade na exploração dos serviços.

Ineditismo e persistência

O FNDC e a Telebrás seguiram nas discussões e na elaboração de propostas até formularem um substitutivo ao projeto original, a partir da constatação de que a tecnologia utilizada para a transmissão de sinais de TV evoluíra, na última década, dos fios metálicos para a fibra ótica, e da transmissão analógica para a digital, o



Em 1993, jornal já denunciava farsa no mercado

que multiplicava em centenas de vezes a capacidade das redes. O substitutivo não pretendia regulamentar uma rede ou uma tecnologia, mas sim o transporte de sinais de TV através da rede pública já existente (que necessitava ser reestruturada).

A matéria “A Guerra do Cabo”, publicada em edição especial, em dezembro de 1993 (capa reproduzida no quadro acima), encartada no jornal *Versão dos Jornalistas*, do Sindicato dos Jornalistas RS, descreve as três idéias-chave que davam suporte ao substitutivo proposto pelo Fórum e a Telebrás. A primeira delas é a de *rede única*, onde a demanda pelo serviço no país deveria ser orientada por uma política pública, para alavancar o desenvolvimento das redes de telecomunicações. A segunda idéia é de *rede pública*, onde, ao invés de redes de TV a Cabo ou de Cabodifusão, de monopólio privado, seriam fixados critérios de universalização na disseminação e no acesso público, deixando disponível o transporte de sinais de TV para qualquer interessado na prestação do serviço a assinantes. A terceira idéia-chave é a de *participação da sociedade*, onde a responsabilidade pela implantação das redes era das concessionárias de telecomunicações, submetidas, entretanto, a dispositivos inéditos e rigorosos de controle público. Essa era uma forma de “desestatizar” e manter a natureza pública do serviço.

A idealização das propostas era encabeçada pelo jornalista Daniel Herz, que coordenava o FNDC na época, e quem desenvolvera todo o raciocínio para o embasamento da lei. Desde a década de

70, ainda estudante, membro da APC, Herz estivera envolvido na desarticulação da implantação da TV a Cabo sem regulação, no Brasil. Naquela época, o assunto TV a Cabo era tratado quase como “ficção científica”.

O projeto do Fórum e da Telebrás, segundo a publicação do Sindicato dos Jornalistas, criava formas inéditas de parceria entre as concessionárias de telecomunicações e os investidores privados. Além da garantia de retorno do capital investido, eles poderiam participar da lucratividade obtida com o conjunto dos serviços (inclusive telefonia e dados) viabilizados pelas novas redes. Tratava-se de um excelente negócio para os investidores e empresários de comunicação, uma base comercial para uma revolução nos sistemas de telecomunicações no país, e vislumbrado pelo FNDC, àquela época, como uma forma de viabilizar um serviço de TV a Cabo que tornasse os sistemas de comunicação no Brasil efetivamente pluralistas e democráticos.

No final de 1993, quando o mercado de TV por assinatura já se instalava definitivamente, surgiu a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), que, por iniciativa própria, procurou o FNDC para trabalhar junto na proposta de regulamentação. Divergências de ordem política e conceitual, segundo Murilo Ramos, levaram ao distanciamento da Telebrás, que “jamais admitira a propriedade privada, mesmo parcial, das redes de TV a Cabo, ainda que submetida a estatuto público”. No final do ano de 1994, o projeto foi transformado em lei, na Câmara, e depois no Senado. Finalmente, em janeiro de 1995, a lei foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, com o texto em sua íntegra, como fora proposto.

Para o coordenador-geral do FNDC, Celso Schröder, o capítulo da “Guerra do Cabo” é a prova de como é possível a negociação entre a sociedade civil organizada e o Estado. “A lei da TV a Cabo foi a primeira e a mais pública das leis brasileiras em comunicação”, avalia Schröder.

¹ Durante o Governo Collor, o Ministério das Comunicações foi substituído pela Secretaria Nacional de Comunicações (SNC), subordinada ao Ministério da Infra-Estrutura. Em 1993, no Governo Itamar Franco, retorna o Ministério das Comunicações.

Daniel Herz

Última entrevista revelou preocupações e expectativas



O jornalista Daniel Herz faleceu em 30 de maio, aos 51 anos, vítima de câncer. Um dos fundadores do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Herz é referência para toda uma geração que pensa a comunicação para o Brasil. Dias antes de sua morte, ele falou, pela última vez, aos seus companheiros de luta. A entrevista foi publicada na edição nº 100 do boletim eletrônico do FNDC, o *e-Fórum*, do qual reproduzimos alguns trechos a seguir.

Função pública da mídia

Não se trata de criar alternativas à estrutura dominante, de fazer com que estas estruturas, que são basicamente privadas, atendam aos requisitos da sociedade quanto a uma função social que é inerente à Comunicação Social. Os veículos de comunicação social atuam como agentes do processo de socialização, exercem determinações sobre a cultura, a política, a economia, e, portanto, com toda a liberdade que têm que ter, devem atender aos requisitos correspondentes a essa função social, que deve ser estabelecida num pacto com a sociedade. Todo veículo de comunicação tem uma função pública, e, independente da propriedade, se é privada ou estatal, pode ser democratizado. Isso não está reconhecido nem pela sociedade, como deveria, nem tampouco pelos veículos, e, portanto, a inexistência desse pacto e dessas definições faz com que a atuação antidemocrática dos grupos de comunicação aconteça e muitas vezes não seja percebida.

Escolha tecnológica

Estabelecer as tecnologias antes de se definir os objetivos sociais da digitalização corresponderia a um retrocesso em relação ao que sinalizou o próprio governo quando instituiu o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Significa que a posição está invertida, inaceitável, que corresponde ao predomínio de interesses de conglomerados de mídia e dos conglomerados internacionais da indústria eletrônica... a sociedade não pode aceitar, é algo desastroso.

Rádio e TV digital

É a questão mais importante, atualmente, na luta pela democratização da comunicação... vai estruturar as questões de mídia nos próximos 10 ou 20 anos... A digitalização do rádio tem sido tratada de forma restrita pelo Ministério das Comunicações, à margem do debate público e gerenciada exclusivamente pelo empresariado do setor. No rádio, os empresários declinaram do recebimento de uma outra frequência...os radiodifusores estão bloqueando a entrada de novas emissoras, impedindo que dezenas de outras emissoras possam ser abertas, de modo a diversificar e estabelecer outras oportunidades de expressão para a sociedade. Esse é apenas um exemplo de como a digitalização transforma os sistemas e inclui um potencial de ampliação da diversidade de manifestação social.

Comitê Consultivo

Após a saída do ministro Miro Teixeira, o Comitê Consultivo foi sendo progressivamente esvaziado e acabou sendo sabotado... especialmente pelos setores de mídia, enfatizado pela ação da Globo. Então, o processo como um todo culminou com a criação de um comitê paralelo, com o ministro Hélio Costa reunindo-se exclusivamente com o empresariado. O Comitê, que deveria emitir um parecer sobre as definições que estavam sendo feitas no SBTVD pelas outras duas instâncias (Comitê de Desenvolvimento e Grupo Gestor), sequer recebeu os documentos necessários para fazer isso. O final do trabalho, com as necessidades que foram

encaminhadas pelo presidente da República, não cumpriu os requisitos do decreto, marginalizando o espaço reservado para a participação da sociedade.

Governo Lula

O governo Lula não mostrou a existência de um projeto estratégico para a área da Comunicação Social, apesar das inúmeras propostas que emergiram neste sentido, inclusive do FNDC. Não tivemos transformação, tanto no sentido do desenvolvimento mais saudável, do ponto de vista econômico e democrático do sistema privado, quanto dos sistemas público e estatal, como estabelece a Constituição. A criação do SBTVD não foi cumprida na sua totalidade... é um processo que ainda está inconcluso, que pode ser revertido. A verdade é que prosseguiu uma insensibilidade do governo em relação à importância da comunicação social e das possibilidades do governo federal de estabelecer ações que pudessem ampliar o grau de democratização dos sistemas no Brasil.

Sobre o FNDC

O FNDC representa um novo tipo de organização da sociedade na luta pela democratização da comunicação, que sempre foi muito fragmentada. O Fórum nunca pretendeu ser uma representação exclusiva da comunicação, mas a representação de um conjunto de setores da sociedade civil que tem um projeto de democratização. A sua consolidação como uma estrutura institucional normal nunca descaracterizou o seu perfil de movimento, não só pela integração dos mais diversos setores, promovida por sua composição, mas porque sempre esteve pronto para angular com outros movimentos pela democratização da comunicação... Para que a sociedade trate de igual para igual com o setor privado e o Estado, é preciso que o Fórum se capacite como instituição, com condições de fazer frente às necessidades de dominar os assuntos.

Telecomunicações para a Inclusão Social

O título-tema deste artigo: *Telecomunicações para Inclusão Social Juntos, daremos esse grande passo* é a mensagem utilizada pelas Associadas da Telebrasil e do Sinditelebrasil para sintetizar as “Contribuições para o Aperfeiçoamento do Modelo de Comunicações – 2015¹” que foram apresentadas para representantes do Poder Público e para o debate público em outubro de 2005. São propostas de encaminhamento de um “Projeto-Pacto Social” para a modernização do atual modelo regulatório das comunicações brasileiras, objetivando a realização da Inclusão Social.

A modernização de um modelo regulatório considerado como uma mescla de arcaico (o da radiodifusão, promulgado em 1962) com esgotado (o de telecomunicações, concebido em 1995 ainda sem considerar a convergência então em gestação) pretende o aproveitamento das funcionalidades e potencialidades da moderna tecnologia digital em prol da aceleração da inclusão social da maioria da população brasileira (mais de 150 milhões de brasileiros das classes C, D e E) e, em consequência, em prol das próprias prestadoras de serviços de telecomunicações, inclusive das de radiodifusão, culminando com o alargamento e adensamento do mercado consumidor e uma melhor utilização da plataforma de serviços já implantada.

A proposta está fundada na convicção de que a enorme desigualdade social existente no país é devida à não universalização, à baixa qualidade e à falta de transparência dos serviços essenciais prestados pelo Estado à Sociedade, à qual deve servir por mandamento constitucional. Considera ainda que a desigualdade social vista pela outra face da mesma moeda se constitui numa barreira intransponível à penetração da maioria dos serviços essenciais para o cidadão, como os de telecomunicações, incluindo os de radiodifusão. E que considera que a inclusão social se dará com a redução dessa desigualdade num ambiente de desenvolvimento sustentável. Uma proposta que visa quebrar o círculo vicioso que determina essa desigualdade social para atender uma demanda secular da população, hoje vocalizada em toda parte do território brasileiro: a efetiva inclusão social dos cidadãos e das



Arquivo Pessoal

“A proposta está fundada na convicção de que a enorme desigualdade social existente no país é devida à não universalização, à baixa qualidade e à falta de transparência dos serviços essenciais prestados pelo Estado à Sociedade, à qual deve servir por mandamento constitucional.”

comunidades no processo de desenvolvimento sustentável da nação como um todo. Uma proposta que considera importante que sejam realizados os seguintes objetivos:

a) o estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento e aplicação das funcionalidades das tecnologias convergentes da informação e comunicação nos serviços prestados pelo Estado; b) o estímulo à competição saudável entre os prestadores desses serviços, inclusive com novos entrantes; c) a segurança ao investimento de risco na expansão e na contínua modernização de toda a cadeia de valor do setor de telecomunicações: da produção de conteúdos à fruição dos serviços; d) o incentivo ao desenvolvimento, domínio e aplicação dessas tecnologias convergentes; e) a necessária capacitação do Estado, das pequenas e médias empresas e do cidadão para a utilização dessas tecnologias; f) o estímulo à produção nacional, principalmente a de conteúdos multimídia; e g) a universalização do acesso aos serviços prestados pelo Estado, à informação e ao conhecimento.

Ou seja: as Associadas da Telebrasil e do Sinditelebrasil propõem que a tão propalada inclusão digital, propiciada pela convergência das tecnologias da informação e da comunicação,

sirva, de fato, como suporte para o atendimento da tão demandada inclusão social. Para tal, é imprescindível que todos consideremos que as telecomunicações são essenciais para a inclusão social e que a Universalização dos Serviços do Estado – com soluções integradas com tecnologias convergentes da informação e da comunicação – seja adotada como bandeira da integração política e tecnológica do setor de telecomunicações para a produção de claros e reais benefícios para todos que o integram, principalmente para os seus consumidores, cidadãos brasileiros.

Só assim, juntos, daremos esse grande passo.

César Rômulo é Superintendente Executivo do Telebrasil e Sinditelebrasil - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal.

HUMOR

Seminários locais do FNDC 2006

Com o tema Da Democratização à Digitalização das Comunicações e o objetivo de fortalecer o debate e a articulação das entidades associadas a seus comitês regionais, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação deu início ao ciclo de seminários locais em 2006. Pelos próximos dois anos, o Fórum pretende percorrer as capitais dos estados e algumas cidades-pólo do interior do Brasil apresentando suas propostas para a democratização da comunicação. RJ, SP e RS já realizaram seus seminários.

Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade a promover o debate, em fevereiro. Mais de setenta pessoas (em torno de 30 entidades) participaram do seminário, que marcou a rearticulação do Comitê pela Democratização da Comunicação do RJ. À mesa, como debatedores, estavam Celso Schröder, coordenador-geral do FNDC, Gustavo Gindre, integrante do Coletivo Intervenções, e Geraldo Pereira dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica (STIC), mediados por Vera Canabrava, integrante da coordenação executiva do Fórum e do Conselho Federal de Psicologia.

São Paulo

Em março foi a vez de São Paulo, sob o título "O FNDC e a Conjuntura pela Democratização da Comunicação". À mesa, estiveram presentes o secretário-executivo do FNDC, James Görgen, o diretor de comunicação do Sintpq, Marcos Manhães, e a jornalista Lia Ribeiro Dias. A jornalista Terlânia Bruno, diretora do Sindicato dos Jornalistas SP, falou sobre as perspectivas de atuação do Comitê do FNDC no Estado. Andréa Torres e Fred Ghedini, do comitê regional, coordenaram o evento.



Ique Silveira / FNDC

Porto Alegre

No dia 9 de maio, o debate aconteceu em Porto Alegre, no Plenarinho da Assembléia Legislativa. Na mesa do encontro gaúcho (foto ao lado), falou Giba Assis Brasil, representante do Conselho Brasileiro de Cinema (CBC), Berenice Mendes Bezerra, tesoureira do FNDC e titular do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, e Josué Lopes, integrante da Associação Brasileira da Radiodifusão Comunitária (Abraço). O debate foi mediado por Cláudia Cardoso.



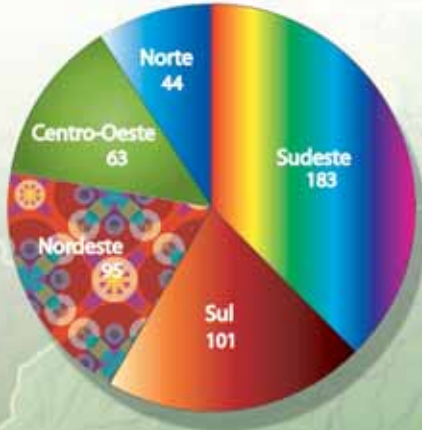
FNDC lança a cartilha

"Como domar essa tal de mídia?"

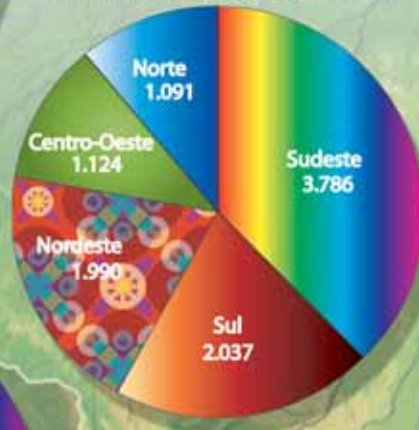
A publicação traz 44 páginas sobre o funcionamento dos sistemas e mercados de comunicação no Brasil e as peculiaridades dos jornais, revistas, TV, rádio, TV por assinatura, telefonia, cinema, internet, informática e indústria fonográfica. Uma versão digital pode ser baixada do site www.fndc.org.br, em formato PDF.

Mapa das emissoras e operadoras de comunicação no Brasil

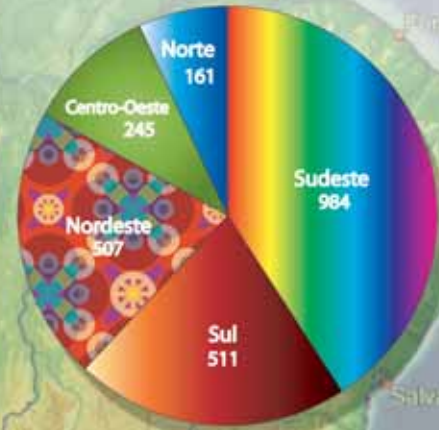
EMISSORAS DE TV



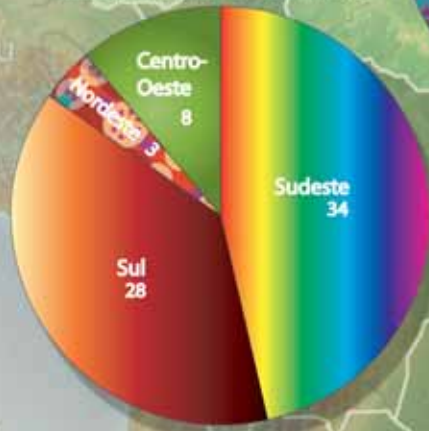
RETRANSMISSORAS DE TV



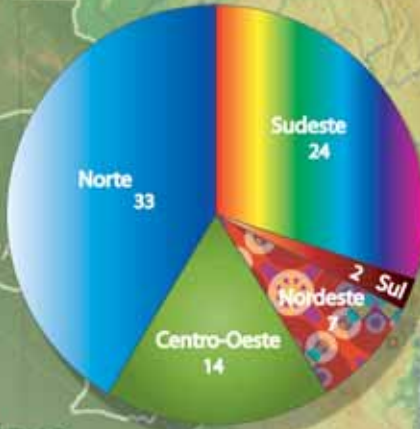
RÁDIOS FM



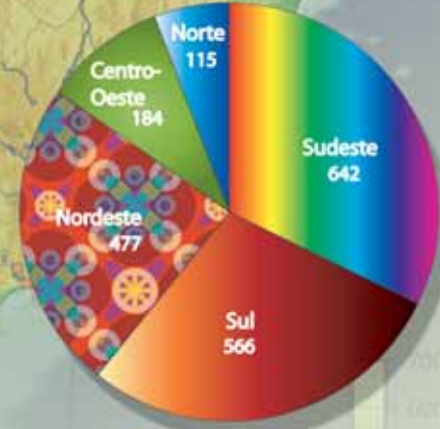
RÁDIOS ONDAS CURTAS



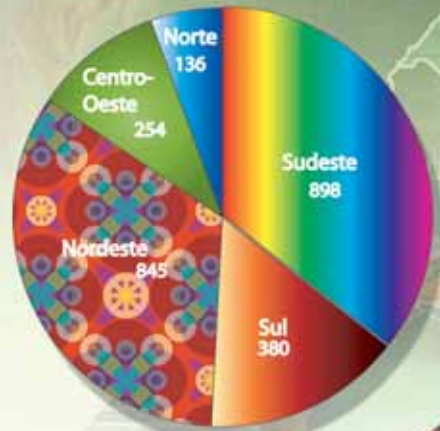
RÁDIOS ONDAS TROPICAIS



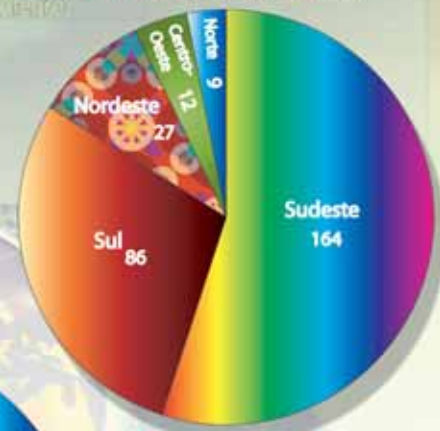
RÁDIOS AM



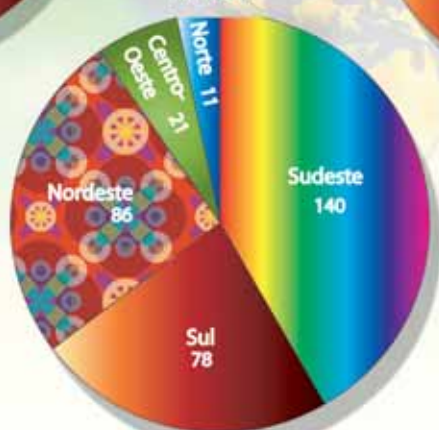
RÁDIOS COMUNITÁRIAS



OPERADORAS TV A CABO



MMDS



Fonte: Siscom-Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Acesso em maio de 2006.

Definitivamente, há algo mais no céu do que os aviões de carreira.

A opinião que você nem sabia que tinha.
O desejo de comprar algo que ontem
não existia.

A celebridade que você não conhece
mas é sua amiga.

O que a mídia não diz mas quer que
você pense.

Tudo isso é invisível aos olhos. Mas está
no ar. Todos os dias. Em todos os lares.
Democratizar a comunicação é aprender
a produzir informação e a decifrar as
mensagens que nos entregam.

O caminho é longo.
Venha trilhá-lo com a gente.

Associe-se ao FNDC.
Mais informações em www.fndc.org.br

